



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NAENTREM MANUEL OLIVEIRA SANCA

**INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA DIPLOMÁTICA:
CASO DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE**

Salvador
2025

NAENTREM MANUEL OLIVEIRA SANCA

**INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA DIPLOMÁTICA:
CASO DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito para obtenção do grau de Mestra em Relações Internacionais

Linha de pesquisa: Globalização, Desenvolvimento e Cooperação

Orientadora: Profa. Dra. Elga Lessa de Almeida

Salvador


2025

INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA DIPLOMÁTICA: CASO DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito para obtenção do grau de Mestra em Relações Internacionais.

Aprovada em 27 de setembro de 2024.


Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ELGA LESSA DE ALMEIDA**
Data: 08/10/2024 19:14:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elga Lessa de Almeida

Documento assinado digitalmente
 **DENISE CRISTINA VITALE RAMOS MENDES**
Data: 13/02/2025 15:32:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Denise Cristina Vitale Ramos Mendes

Documento assinado digitalmente
 **ISABELLA ALVES LAMAS**
Data: 08/10/2024 19:23:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Isabella Alves Lamas

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Sanca, Naentrem Manuel Oliveira

Inserção da mulher na carreira diplomática: caso de Guiné-Bissau e Cabo Verde / Naentrem Manuel Oliveira
Sanca. - 2025.
102 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Elga Lessa de Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2025.

1. Relações internacionais. 2. Mulheres na vida pública. 3. Mulheres na política. 4. Diplomacia. 5. Mulheres diplomatas - Guiné-Bissau. 6. Mulheres diplomatas - Cabo Verde. I. Almeida, Elga Lessa de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 327.665706658

CDU - 327(665.7)(665.8)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à memória dos meus amados pais, Isabel Nancassa (Muntudo) e Manuel Oliveira Sanca (Mani).

Embora não estejam fisicamente presentes, sua influência continua a ser uma fonte constante de inspiração e força. A sabedoria, o amor e o exemplo que me deixaram moldaram quem eu sou e o que conquistei. Esta realização é um reflexo do legado que me transmitiram e da paixão que sem-pre incentivaram em mim.

Com eterna gratidão e saudade, dedico este trabalho a vocês, que sempre foram e sempre serão meus maiores apoiadores e fonte de orgulho.

AGRADECIMENTOS

Meu sincero agradecimento vai para minha orientadora, professora Elga Lessa. Agradeço imensamente por não ter desistido de mim e por acreditar no meu potencial, mesmo quando eu falhei várias vezes. Sua paciência e apoio foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Também quero expressar minha gratidão a mim mesmo. Em meio a turbulências e momentos em que a vontade de desistir era grande, consegui persistir. Agradeço por ter mantido a força e a determinação necessárias para seguir em frente.

Agradeço de coração à professora Eliane Santos, por me acolher em sua casa durante o período em que estava fazendo as disciplinas e por todo o cuidado e apoio que me ofereceu.

Minha gratidão à minha família pelo amor incondicional e pelo apoio constante. Agradeço também aos meus filhotes, Simba e Scooby, que trouxeram alegria e conforto para minha vida.

Um agradecimento especial ao meu afilhado, Israel Mawete, a Isna Namara, e a Natalia, Manuel e Magnusson. Agradeço a todos os meus amigos pelo incentivo e pela companhia ao longo desta jornada.

Por fim, agradeço ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – IHAC da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – PPGRI, pelos excelentes professores e pela infraestrutura que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

A presença feminina nos quadros diplomáticos de diversos países do mundo ainda se encontra aquém da paridade, havendo predominância de homens ocupando cargos de embaixadores, cônsules e secretários. As diplomacias de Cabo Verde e da Guiné Bissau acompanham essa realidade de sub-representação das mulheres, refletindo, em maior ou menor grau, a realidade social e política desses países. Apesar da ampla participação feminina nas lutas por independência do domínio colonial português, a participação das mulheres guineenses e cabo-verdianas na esfera pública foi gradativamente sendo reduzida. Com o objetivo de analisar os obstáculos vivenciados pelas mulheres guineenses e cabo-verdianas no ingresso na carreira diplomática e os desafios de permanência, a pesquisa se desenvolveu por meio de levantamento bibliográfico, de documentos e realização de entrevistas. Os dados levantados demonstraram que a presença de mulheres na diplomacia de Guiné-Bissau e Cabo Verde apresentam contextos semelhantes em termos de desafios históricos, sociais e culturais, mas com realidades diferentes devido a fatores específicos de cada país, como a estabilidade democrática, o que colabora para uma presença significativamente maior de mulheres cabo-verdianas na carreira diplomática.

Palavras-chave: diplomacia; mulheres; sub-representação; Cabo Verde; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The presence of women in the diplomatic corps of various countries around the world is still below par, with a predominance of men occupying the positions of ambassadors, consuls and secretaries. The diplomacies of Cape Verde and Guinea Bissau follow this reality of under-representation of women, reflecting, to a greater or lesser extent, the social and political reality of these countries. Despite the widespread participation of women in the struggles for independence from Portuguese colonial rule, the participation of Guinean and Cape Verdean women in the public sphere has gradually been reduced. With the aim of analyzing the obstacles experienced by Guinean and Cape Verdean women in entering the diplomatic career and the challenges of remaining, the research was carried out through a bibliographical survey, documents and interviews. The data collected showed that the presence of women in diplomacy in Guinea-Bissau and Cape Verde present similar contexts in terms of historical, social and cultural challenges, but with different realities due to factors specific to each country, such as democratic stability, which contributes to a significantly greater presence of Cape Verdean women in the diplomatic career.

Keywords: diplomacy; women; underrepresentation; Cape Verde; Guinea-Bissau.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1Figuras 1 e 2: Mapas da Republica da Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	13
Figura 1Figuras 1 e 2: Mapas da Republica da Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	13
Figura 2: Mulheres guerrilheira e Amílcar Cabral	55
Figura 2: Mulheres guerrilheira e Amílcar Cabral	55
Figura 3: Ernestina Silá (conhecida como Titina Silá).....	59
Figura 3: Ernestina Silá (conhecida como Titina Silá).....	59
Figura 4: Mulheres cabo-verdianas na luta armada.....	61
Figura 4: Mulheres cabo-verdianas na luta armada.....	61
Figura 5: Composição do governo de 2024.....	72
 Grafico 1: Composição parlamentar entre mulheres e homens em 2019 e 2023	71
Grafico 2: representação parlamentar por sexo e/ou por género em Cabo Verde	75
Grafico 3: Representação municipal por sexo e/ou por género em	76
 Quadro 1: Participação das mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP) no período de 1973-1994.....	67
Quadro 2: Mulheres nos órgãos de tomada de decisões na transição democrática	68
Quadro 3: Mulheres no parlamento de cinco países africanos “lusófonos”	70
Quadro 4: Representação política parlamentar de mulheres em outros países africanos comparados com Cabo-Verde	73
Quadro 5: Distribuição de Género em Embaixadas	81
Quadro 6: Distribuição de Género em Consulados	81
Quadro 7: Distribuição de Género em Embaixadas	86
Quadro 8: Secretários de Embaixada	86

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANP- Assembleia Nacional Popular
CEDEAO -Comunidade Economica dos Estados da Africa
Ocidental CPLP- Comunidade dos Pais de Lingua Portuguesa
CNOMCV- Comissao Nacional de Organizacao da Mulher Cabo-Verdiana
FRELIMO- Frente de Libertacao de Mocambique
INE- Instituto Nacional de Estatistica
INE-CV-Instituto Nacional de Estatistica de Cabo
Verde INCV- Imprensa Nacional de Cabo Verde
MADEM-G15- Movimento para Alternancia Democratica
OUA- Organizacao de Unidade Africana
ONU- Organizacao das Nacoes Unidas
OASIS- Alianca dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PAIGC- Partido africano para a Independencia de Guine e Cabo
Verde PAICV- partido africano para a Independencia de Cabo Verde).
UEMOA- Uniao Economica e Monetaria Oeste-
Africana URSS- Uniao das Republicas Socialistas
Sovieticas
UNILAB- Universidade de Integracao Internacional Luso-Afro-Brasileira
UN-DESA- Departamento das Nacoes Unidas para Assuntos Economicos e Sociais
UN Women- ONU Mulheres
UDEMU- Uniao Democratica das Mulheres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 Género e diplomacia: abordagens necessárias	29
2.2 Género e Relações Internacionais	30
2.3 Feminismo no Sul Global e as Relações Internacionais.....	36
2.4 Presença da mulher na diplomacia.....	43
3. A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES E CABO- VERDIANAS NA SOCIEDADE DOS SEUS PAÍSES.....	50
3.1 Mulheres guineenses na luta de libertação nacional	53
3.2 Mulheres cabo-verdianas na luta de libertação nacional.....	59
3.3 Participação e Representação Das Mulheres Nas Sociedades Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	65
No contexto da Guiné-Bissau	66
No contexto de Cabo-Verde.....	73
4. A LUTA DAS MULHERES PELO INGRESSO E PERMANÊNCIA NA DIPLOMACIA: OS CASOS DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE.....	78
4.1. A realidade da diplomacia em Guiné-Bissau	78
4.2 A realidade da diplomacia em Cabo Verde	85
4.3 Mulheres na diplomacia de Guiné-Bissau e Cabo Verde: contextos semelhantes, realidades diferentes	91
4.4 Contextos semelhantes	91
4.5 Realidades diferentes	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE.....	102

1. INTRODUÇÃO

A busca pela equidade de gênero entre os sexos é uma das principais pautas na agenda de movimento feminista. Graças a esse movimento, elas vêm conquistando seus espaços na esfera pública e privada. Porém, apesar das conquistas, a caminhada ainda é muito longa. Nesse sentido, este trabalho busca analisar os obstáculos vivenciados pelas mulheres guineenses e cabo-verdianas durante o processo de ingresso na diplomacia e os desafios enfrentados depois de terem ingressado. No contexto da diplomacia, a presença feminina no corpo diplomático ainda se encontra aquém da paridade em vários países do mundo, por isso, torna-se indispensável uma abordagem com base na perspectiva de gênero para observar a construção das hierarquias entre os homens e as mulheres, e como essas vão colocar as mulheres na esfera privada e homens na esfera pública.

Pelo cenário acima exposto, esta dissertação se apoia em estudos de gênero, gênero em relações internacionais, mulheres na esfera pública e na política e, principalmente, estudo das mulheres na diplomacia. Além da revisão bibliográfica apoiada nas áreas citadas e dos documentos oficiais sobre a presença de mulheres na diplomacia de Cabo Verde e Guiné-Bissau, a pesquisa se propôs a fazer coleta direta dos dados por meio da realização de entrevistas com mulheres diplomatas desses países.

A escolha do tema relaciona-se intrinsecamente com a trajetória desta autora. Como mulher africana guineense da etnia Mankanha, egressa dos Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, foi nesse ambiente que despertei para a consciência de minha africanidade e para o processo de me tornar mulher, como se refere a Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. A UNILAB, sendo uma universidade que considero panafricanista e progressista, foi o espaço onde, nos primeiros anos, me deparei com diversos autores e autoras negras, africanos e africanas, como Frantz Fanon, Walter Rodney, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Chimamanda Ngozi Adichie, Chinua Achebe, Cheikh Anta Diop, Ifi Amadiume, Paulina Chiziane, Ondjaki, entre outros. Essas leituras, que abordam temas como o colonialismo, a negritude, a história da África e o feminismo africano, foram fundamentais

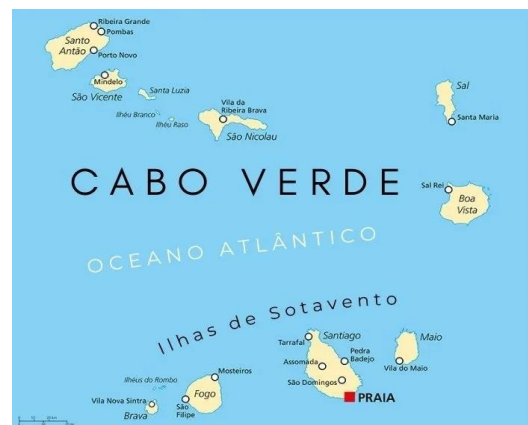
na minha formação.

O processo de raspar o cabelo, a criação de coletivo de mulheres africanas, a participação na Marcha de Mulheres Negras em Brasília, em 2015, e o retorno à Guiné-Bissau após quase nove anos, tudo isso está intrinsecamente relacionado à reflexão sobre o lugar das mulheres na diplomacia. Essas vivências me levaram a pensar de maneira mais profunda sobre os desafios e as potencialidades das mulheres africanas no cenário global e suas contribuições para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Os países escolhidos para a realização desta pesquisa, apesar de possuírem características geográficas, sociais e étnicas diversas, vivenciaram uma história comum no período colonial e nas lutas por independência que os aproximaram de forma considerável. O processo de independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau estão vinculados, sobretudo, pela criação do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC, cujos membros fundadores eram originários desses países e tinham como objetivo comum lutar contra a política colonial portuguesa e unir as duas colônias em um único sistema político. A independência da Guiné-Bissau foi proclamada em 24 de setembro de 1973 pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), mas somente foi reconhecida oficialmente por Portugal em 10 de setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, sendo a primeira ex-colônia de Portugal em África a tornar-se independente, ressaltando-se que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a sua independência a nível internacional (TEIXEIRA, 2008, p. 19).

Figura 1 Figuras 1 e 2: Mapas da Republica da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Posteriormente, em 05 de julho de 1975, Cabo Verde proclamava sua independência.



Fonte: <http://pt.dreamstime>; Mundo Educação, 2024.

Relevante registrar na relação entre os países, a importância do líder Amílcar Lopes Cabral para o processo de independência. Considerado o grande herói, o liberador, o intelectual, o estrategista, grande pan-africanista, o político e engenheiro agrônomo, Amílcar Lopes Cabral dirigiu a luta de libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde e colaborou intensamente para inclusão das mulheres nos processos em curso no período.

Em 12 de setembro de 1924, nasceu Amílcar Cabral, na região de Bafatá, Guiné-Bissau, cujos pais cabo-verdianos o levaram ainda criança para Cabo Verde, onde estudou, e foi mais tarde para Portugal fazer curso para engenheiro agrônomo. Em Portugal, como residente da “Casa dos Estudantes do Império”, Amílcar Cabral conheceu várias figuras importantes de movimentos da independência africana como Agostinho Neto, líder da independência de Angola e outros. Apesar de criada durante regime de Salazar, em 1943 (oficialmente fundada em 1944), a Casa dos Estudantes do Império tinha por objetivo de acolher os estudantes das antigas colônias portuguesas, que não tinham universidades, mas acabou criando os futuros líderes de movimento nacionalista e de luta pelas independências de seus países. Desta forma, podemos ver no trecho abaixo:

Durante o período de formação em Portugal, Cabral teve um contacto mais próximo com o sistema colonizador português, o que lhe deu a oportunidade de adquirir um maior conhecimento sobre o mesmo, e a consequente tomada de consciência da sua própria situação enquanto sujeito colonizado. Ainda teve amizades e cumplicidades principalmente com os outros estudantes africanos vindos das colônias, entre os quais podemos destacar Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Eduardo Mondlane (estudou nos EUA, mas permaneceu algum tempo em Portugal). Frequentou a Casa dos Estudantes do Império (CEI), e o Centro de Estudos Africanos, onde teve contacto com grupos políticos e culturais, tanto nacionais como internacionais. Todos estes fatores condicionaram as futuras decisões de Amílcar Cabral. (Cassama, 2014, p.15)

A importância da casa dos estudantes do Império na formação da consciência de líderes africanos foi fundamental em aprimorar os conhecimentos que Cabral teve nesse dois espaços – o Centro de Estudos Africanos e a Casa dos Estudantes do Império –, permitindo-lhe sair da sua condição de assimilado para condição de um novo homem com a consciência africana, que o fez revoltar contra a condição que ele vivia e que seu povo se encontrava. A ideia de “sair da ilha para ver a ilha” e o contato com os dois espaços são similares ou comparável à experiência de vários estudantes que saem de diferentes países da CPLP para estudar na Universidade de Integração Internacional Luso-afro-

brasileira - UNILAB, ganha a sua consciência como sendo negros, compreendem como foi o processo colonial e observam que estão numa nova forma de colonialismo - o chamada neocolonialismo, que os motiva a entrar na luta contra o racismo e luta conta o neocolonialismo em seus respetivo países.

Segundo Cassama (2014), o retorno à África (principalmente, Guiné-Bissau e Angola) após essa experiência, o possibilitou verificar a verdadeira situação de precariedade que seu povo vivia sob domínio de invasores portugueses. Cabral indignado com aquela situação, começou a criar um sentimento de revolta, que o motivou a ingressar nos movimentos anticoloniais e mais tarde a fundar o PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde) em 1956, sendo um movimento organizado que simbolizava o nacionalismo na luta contra invasores portugueses (Cassama, 2014, p. 13). Considerado como o “pai” das duas nações, em reconhecimento à sua liderança e empenho pessoal em busca de independência para Guiné-Bissau e Cabo Verde, através de um processo de luta armada:

Seguiu-se um processo de luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde, com o objetivo de libertar o homem negro africano da política colonizadora. Para Amílcar Cabral, a denúncia do sistema colonizador português não era suficiente para o fim da opressão portuguesa. Daí a construção e desenvolvimento de estratégias políticas e culturais que tivessem como resultado a libertação total do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a construção de um novo espaço político, econômico e social forte e autônomo, a ser governado pelo próprio cidadão guineense e cabo-verdiano que estaria sendo formado. (Cassama, 2014, p. 15)

De acordo com alguns estudiosos, inicialmente Cabral optou por via do diálogo com os invasores portugueses, a fim de conseguir uma independência por vias pacíficas sem envolvimento de armas, mas isso era inegociável para os invasores que não queriam sair da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assim, Cabral viu-se obrigado a optar pela via da luta armada, que durou 11 anos com a participação de homens e mulheres contra o sistema colonial português. Apenas em 24 de setembro de 1973, Guiné-Bissau conseguiu a sua independência e, dois anos mais tarde, Cabo Verde conseguiu a sua independência em 5 de julho de 1975. Com as independências desses dois países se iniciou um processo de unificação liderado pelo PAIGC:

O PAIGC, assim, governava os dois países e iniciava o debate sobre o estabelecimento de uma federação entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, a partir da criação, pelas duas Assembleias Nacionais, do Conselho da União. No entanto, em 1980, com a ascensão de João Bernardo Vieira ao governo guineense, tal debate encerrou-se em razão de sua hostilidade à integração. Em 1981, o PAIGC

de Cabo Verde organizou um congresso de emergência e, retomando os princípios defendidos por Amílcar Cabral, rompeu com o PAIGC guineense, mudando assim sua nomenclatura para PAICV (partido africano para a Independência de Cabo Verde). Organicamente distinto do PAIGC guineense em um regime de partido único, de orientação socialista, o PAICV iniciou uma série de reformas para o desenvolvimento cabo-verdiano, incluindo a reforma agrária e o combate à desertificação, que passaram a ser a base dos planos plurianuais de desenvolvimento do governo. (Visentini, 2011, p. 7)

Mesmo com a falha da federação dos dois países, ainda estão unidos pelo passado histórico e por acompanhar o mesmo herói e pai das suas independências e a língua crioula. Atualmente podem ter os hinos e bandeiras diferentes, mas ainda são considerados como países irmãos, um laço que mesmo sem a federação não pode ser destruído. Cabral tinha a idealização de unificar os dois, inspirando na ideia pan-africanistas de unir os países africanos.

Vale ressaltar que para além da luta contra invasores portugueses, Cabral também reconheceu desde cedo o papel fundamental das mulheres na luta pela independência. Ele enfatizou a importância de integrar as mulheres não apenas como apoiadoras, mas como combatentes ativas. As mulheres guineenses e cabo-verdianas desempenharam papéis significativos como guerrilheiras, enfermeiras, mensageiras e líderes comunitários durante o conflito armado contra a potência colonial portuguesa. Segundo Abebe Zegeye e Maurice Vambe (2012), Cabral reconhecia a importância da luta de classes, porém não descartava as lutas baseadas na etnicidade e no gênero como irrelevantes para influenciar a formação da cultura nacional. Ele iniciou um debate sobre a crítica ao patriarcado tradicional africano, enfatizando que questões de gênero desempenham um papel significativo na transformação da concepção de cultura nacional (ABEBE E VAMBE, 2012 p.38)

Conforme Godinho (2013, p. 5), no Programa de Ação, Cabral promoveu a igualdade entre homens e mulheres ao declarar que “os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas”. Dado o contexto político e social da época, essa afirmação representou uma revolução e uma inovação significativa no status das mulheres na esfera pública.

Cabral também defendia a ideia de que a libertação política deveria ser acompanhada pela libertação social e econômica, incluindo a igualdade de gênero. Após a independência, houve esforços para promover a educação e a participação das mulheres na vida política, econômica e social, embora os desafios persistem. Entretanto,

nos dias de hoje, tanto na Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde, há movimentos contínuos em direção à igualdade de gênero e à eliminação da discriminação. No entanto, questões como a violência de gênero, a representação política, diplomática e a participação econômica das mulheres continuam sendo desafios importantes.

Guiné-Bissau e Cabo Verde partilham um passado comum de luta pela independência, durante a qual os mesmos se unificaram, para enfrentar a metrópole portuguesa. Neste processo as mulheres lutaram junto com os homens para libertação dos seus países (Godinho, 2016, p.), entretanto, as mulheres que lutaram pela independência foram afastadas da esfera pública, pouco ocupando cargos de projeção. Não se trata de falta de capacidade dessas mulheres, como ficará evidente nesta dissertação, mas é uma estrutura consolidada que impede as mulheres de exercerem seus direitos. Ainda conforme Semedo e Barros (2012), às mulheres guineenses e cabo-verdianas sempre manifestaram o interesse em participar da esfera política dos seus países, mas que ao longo da história delas sempre foram colocados de lado. A participação da mulher na política é vital para o exercício da cidadania, considerando que muitas decisões tomadas afetam diretamente seus interesses. No entanto, apesar das mulheres serem parte desse bem comum, muitas vezes são excluídas das discussões sobre os problemas que as afetam. Phillips (2001) destaca que essa exclusão sistemática de grupos sociais, como mulheres, negros e minorias étnicas, constitui uma violação dos princípios democráticos, pois impede sua participação nas esferas políticas e decisórias. Por isso, há algum tempo, tem-se defendido a ideia de que a participação das mulheres na política é essencial para a consolidação da democracia e também como um direito delas enquanto indivíduos autônomos e com controle sobre seus próprios destinos. Como se verá nos capítulos seguintes a estabilidade democrática apresenta-se como uma variável fundamental para compreender as diferenças na participação das mulheres na composição do corpo diplomáticos dos países.

Conforme Mendes (2011) argumenta, nos estudos de Relações Internacionais, os Estados sempre foram considerados os principais atores, relegando questões como gênero ou raça a segundo plano. No entanto, ao longo do tempo, outros atores que permaneceram marginalizados começaram a trazer novas discussões para a arena internacional. A partir dos anos 1980, as teóricas feministas se inseriram nos estudos de análise das Relações Internacionais, introduzindo o debate sobre gênero

como uma categoria fundamental para compreender as disparidades de poder entre homens e mulheres no contexto internacional.

Conforme Mendes (2011) destaca, os estudos feministas em Relações Internacionais identificaram duas deficiências significativas: em primeiro lugar, a exclusão das mulheres como agentes neste contexto; e, em segundo lugar, a escassez de abordagens relacionadas ao gênero nos estudos da área. Nesse contexto, as feministas questionam a concepção do Estado como uma entidade independente das divergências de perspectivas internas (MENDES; 2011, p. 14). Assim, a desconstrução das abordagens fixas é crucial para o avanço das Relações Internacionais como disciplina. Um desafio significativo em relação ao gênero nas Relações Internacionais é a hierarquia de poder e sua representação simbólica: as mulheres frequentemente são associadas a papéis como secretárias, assistentes ou outras posições de menor hierarquia, enquanto os homens são percebidos como líderes, chefes ou aqueles aptos a ocupar cargos de maior prestígio. É notável que, desde a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), nunca uma mulher ocupou o cargo de secretária-geral, o que evidencia a natureza intrinsecamente masculina do sistema, moldado por uma hierarquia que tende a invisibilizar e diminuir o papel da mulher como agente capaz de resolver os problemas globais. Neste sentido, Monte (2013) afirma:

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade; por outro lado, o poder do gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE; 2013, p. 70)

Entendemos que a sociedade é moldada por sistemas identitários que

permeiam todas as áreas: institucional, familiar, doméstica e até mesmo nas relações internacionais. Essas identidades servem para "justificar" e normalizar as hierarquias de gênero, o que torna essencial empregar o conceito de gênero como uma ferramenta analítica para compreender e examinar as dinâmicas de poder entre homens e mulheres na esfera internacional

A predominância masculina nas estruturas de poder é frequentemente considerada como algo natural, a ponto de o ambiente internacional ser tradicionalmente percebido como masculino (TICKNER, 2006). Essa visão dificulta, se não impossibilita, a entrada das mulheres nesse espaço. Assim, a falta de presença e a consequente invisibilidade das mulheres nas instituições internacionais. A verdadeira questão, portanto, é por que as mulheres não conseguem cumprir os requisitos educacionais ou de formação para ocuparem esses cargos? Ao respondermos a essa pergunta, podemos observar como as hierarquias de gênero afetam as mulheres, relegando-as a um espaço onde a educação, o domínio público e o internacional não estão acessíveis para elas. Além disso, as estruturas de poder de alto escalão ainda mantêm uma simbologia predominantemente masculina.

Como salienta Rahman- Figueroa:

Como um domínio tradicionalmente masculino, as estruturas de poder existentes dentro da infraestrutura diplomática permanecem para reforçar práticas discriminatórias abertas, tornando difícil para as mulheres entrar na diplomacia na posição mais alta. Nicolau Maquiavel, um dos primeiros pioneiros diplomáticos, enfatizou muito a importância das características masculinas na condução das relações de Estado. Empiricamente, os estados são dirigidos e defendidos pelos homens e, portanto, avançam apenas o interesse dos homens. Permitir que mulheres em posições de poder fosse teoricamente percebido como uma ameaça à dominação masculina e um sinal de auto- fraqueza, como exemplificado pelos métodos da armadilha de mel usados para atrair diplomatas do sexo masculino à sedução sexual. (RAHMANFIGUEROA, 2012, p.583)

Dessa forma, muitas mulheres que conseguiram superar as barreiras históricas tendem a adotar comportamentos tradicionalmente associados ao masculino para se destacarem em suas funções e conquistar respeito dos colegas do sexo oposto

(RAHMAN-FIGUEROA, 2012). No entanto, de acordo com Soares e Alencar (2017), as feministas começaram a lutar pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres não apenas na diplomacia, mas em diversos campos. Nesse contexto, a busca por representatividade de gênero, raça e classe social se tornou uma ferramenta crucial que impulsionou o avanço das mulheres na diplomacia, tornando a representação nesse campo um meio de democratização das estruturas de poder internacional (SOARES; ALENCAR, 2017, p. 3). Seguindo essa linha de raciocínio, Balbino (2011) sugere que a questão da presença feminina em carreiras de alto escalão do Estado, como a diplomacia, está inserida nas preocupações mais amplas sobre a representação de diversos grupos sociais em um Estado democrático. Sob essa perspectiva, não apenas as mulheres, mas também todos os grupos étnicos e todas as classes socioeconômicas que compõem a sociedade devem ser representados de forma satisfatória nas instituições (KYMLICKA, 1996; LIJPHART, 2008; PHILLIPS, 2001).

No caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo em conta o contexto político, social e econômico dos países, parto do pressuposto preliminar de que o baixo número de mulheres no corpo diplomático não resulta apenas de um fator determinante, mas da combinação de vários obstáculos interpostos às mulheres devido a uma hierarquia de gênero transversal às várias estruturas sociais. Na sociedade guineense ainda se privilegia a educação formal para os meninos, enquanto as meninas são educadas para cuidar de casa, resultando em baixa escolaridade das mulheres. Porém em Cabo Verde podemos encontrar os mesmos fatores. Observamos no trecho abaixo:

A vulnerabilidade económica e o baixo nível de instrução das mulheres africanas, tem sido uma preocupação particular com a feminização do abandono escolar principalmente no ensino básico e secundário, e com a elevada taxa de gravidez precoce, que frequentemente condena, os estudantes adolescentes a abandonar os estabelecimentos de ensino, muitas vezes definitivamente, constitui fatores decisivos da fraca participação feminina nos órgãos do poder político em Cabo Verde. É de salientar que os fenómenos da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foram totalmente resolvidos, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada, neste sentido temos que reconhecer os obstáculos de cariz formal para se atingir os objetivos da igualdade entre homens e mulheres foram removidos em vários países e Cabo Verde pertence ao conjunto de países onde essas transformações se realizam. A ONU em 2005 defendeu o direito a participação de todas as mulheres, sob a égide de equidade em todas as esferas da sociedade,

incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, onde estes são fundamentais para se alcançar a igualdade bem como o desenvolvimento e a paz. (LOPES; 2014, p. 38)

Além dos elementos mencionados pelo autor, é fundamental destacar que a legado do sistema patriarcal legado pelos colonizadores portugueses resultou em instituições dominadas por homens, que seguem uma abordagem patriarcal com repercussões na exclusão e no empobrecimento das mulheres guineenses. Mesmo as mulheres que conseguem superar os desafios socioeconômicos e culturais ainda enfrentam discriminação quando se trata de oportunidades no mercado de trabalho dominado pelos homens e, especialmente, na esfera política. Aquelas que alcançam os níveis educacionais necessários teoricamente estariam plenamente capacitadas para exercer funções diplomáticas, assim como os homens, contribuindo para o fortalecimento da diplomacia local. Esse argumento está alinhado com Fritsche (2002), que identifica a educação como um requisito técnico, porém insuficiente para desvincular as mulheres dos papéis de gênero social e politicamente atribuídos a elas. Nesse contexto, a participação das mulheres na política e, mais especificamente, na carreira diplomática, é uma preocupação central na agenda das feministas tanto em nível internacional quanto no contexto de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A partir desses elementos, a presente dissertação objetiva a compreender quais os obstáculos vivenciados pelas mulheres guineenses e cabo-verdianas para o ingresso e a permanência na carreira diplomática na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, estando dividido em três capítulos, além desta introdução e considerações finais. O primeiro capítulo tratará dos referenciais teóricos desta pesquisa, trazendo contribuições de teóricas críticas sobre a inviabilização e a sub-representação das mulheres no campo das relações internacionais. Destacam-se autoras como Tickner, Isadora Monte, Rahman-Figueroa, Patrícia Owens, Nogueira, Messari, Aggestam e Towns e etc. Essas autoras discutem a ausência de mulheres neste espaço e argumentam que o cenário internacional deveria incluir mais mulheres para criar equilíbrio e justiça de gênero; o segundo capítulo descreve o processo histórico da luta das mulheres em suas sociedades, começando com a luta pela independência de seus países e seguindo até as lutas contemporâneas. Também procuramos incluir histórias de vida de algumas mulheres,

explorando como elas se envolveram na luta e suas experiências pessoais; e o terceiro capítulo analisa a inserção das mulheres na diplomacia desses países, apresentando os dados levantados sobre a representação das mulheres na carreira.

Ao entender a inclusão das mulheres na carreira diplomática como uma questão relevante para as relações internacionais, a presente pesquisa tem por objetivo central compreender as variáveis que determinam a sub-representação das mulheres na carreira diplomática na Guiné-Bissau e Cabo Verde. São objetivos específicos: 1) verificar quais são as formas de inserção dessas mulheres e suas trajetórias na carreira diplomática; 2) analisar as diversas formas de atuação e desafios enfrentados pelas mulheres guineenses e cabo-verdianas em seus respectivos países e no exterior em relação às questões de gênero; e 3) comparar os obstáculos vivenciados pelas diplomatas de ambos os países, identificando padrões e regularidades. Para tanto, em relação à metodologia, este estudo empregou várias técnicas, com destaque para a pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. Sendo assim, a pesquisa teórica, que incide na apreensão dos conceitos e até dos métodos dos teóricos do (s) campo (s) em estudo de (Bourdieu, 2002), é conhecida também como a pesquisa bibliográfica que é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 1996).

A estratégia teórico-metodológica inicial foi a realização de levantamento e análise bibliográfica ampla quanto às abordagens sobre mulheres na diplomacia em África em especial em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para dar mais aprofundamento, foi analisado também a literatura existente sobre inserção da mulher na carreira diplomática, abordamos obras das principais teóricas que tratam do tema de inserção da mulher na política ou na esfera pública. Em um momento posterior, foram realizadas coletas diretas de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas, cujo roteiro de questões objetivavam conhecer a percepção das mulheres diplomatas sobre ingresso na carreira diplomática, desafios e permanência (Apêndice 1). Nesse contexto, para entender as causas da baixa participação das mulheres guineenses e cabo-verdianas nas diplomacias de seus países, foi necessário o uso do método qualitativo interpretativo, uma vez que essa abordagem se centra na compreensão das dinâmicas das relações sociais a partir das experiências individuais.

Durante a elaboração deste trabalho, enfrentamos dificuldades para encontrar materiais, uma vez que há escassez de dados quantitativos e qualitativos em termos de documentos disponíveis sobre a Guiné-Bissau. Apesar de várias visitas ao Ministério de

Negócios Estrangeiros em busca de documentos, como estatutos de diplomatas e dados sobre nomeações para postos no exterior, não foi possível obter informações. Fizemos várias solicitações de entrevistas, enviamos e-mails e também entregamos cartas no ministério, mas não recebemos respostas positivas. No entanto, conseguimos entrevistar duas mulheres diplomatas; a entrevista com a entrevistada A foi conduzida online, enquanto a entrevista com a entrevistada B foi realizada presencialmente.

No caso de Cabo Verde, embora tenham me enviado o boletim de nomeação de 2023 e me informado sobre a existência do estatuto da diplomacia cabo-verdiana, ainda assim não foi possível o acesso a este estatuto. Infelizmente, devido à falta de recursos, não foi viável viajar para Cabo Verde para realizar pesquisa de campo. Sendo assim, conseguimos entrevistar três mulheres diplomatas cabo-verdianas; todas as entrevistas foram feitas online.

A dissertação está organizada em cinco sessões que exploram diferentes aspectos relacionados ao papel das mulheres na diplomacia dos países da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Inicialmente, nesta introdução, estão presentes elementos introdutórios da pesquisa. O Capítulo 2 introduz o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, delineando os principais conceitos e abordagens teóricas pertinentes ao estudo, examinando criticamente a interseção entre questões de género e a prática diplomática, destacando a importância de uma abordagem inclusiva e sensível ao género. O Capítulo 3 investiga a presença e participação das mulheres guineenses e cabo-verdianas na sociedade de seus países, oferecendo um panorama contextualizado. No Capítulo 4, intitulado "A luta das mulheres pelo ingresso e permanência na diplomacia: uma análise da situação das mulheres na Guiné-Bissau e Cabo Verde", é realizado uma pesquisa detalhada sobre os desafios enfrentados pelas mulheres que buscam carreiras na diplomacia, com análise de casos e entrevistas. Finalmente, o Capítulo 5 apresenta as considerações finais, sintetizando os resultados da pesquisa.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Guiné-Bissau e Cabo Verde partilham um passado comum de luta pela independência, durante a qual os mesmos se unificaram, para enfrentar a metrópole portuguesa. Neste processo as mulheres lutaram junto com os homens para libertação dos seus países (Godinho, 2016, p.), entretanto, as mulheres que lutaram pela independência foram afastadas da esfera pública, pouco ocupando cargos de projeção.

Não se trata de falta de capacidade dessas mulheres, como ficará evidente nesta dissertação, mas é uma estrutura consolidada que impede as mulheres de exercerem seus direitos. Ainda conforme Semedo e Barros (2012), às mulheres guineenses e cabo-verdianas sempre manifestaram o interesse em participar da esfera política dos seus países, mas que ao longo da história delas sempre foram colocados de lado. A participação da mulher na política é vital para o exercício da cidadania, considerando que muitas decisões tomadas afetam diretamente seus interesses. No entanto, apesar das mulheres serem parte desse bem comum, muitas vezes são excluídas das discussões sobre os problemas que as afetam. Phillips (2001) destaca que essa exclusão sistemática de grupos sociais, como mulheres, negros e minorias étnicas, constitui uma violação dos princípios democráticos, pois impede sua participação nas esferas políticas e decisórias. Por isso, há algum tempo, tem-se defendido a ideia de que a participação das mulheres na política é essencial para a consolidação da democracia e também como um direito delas enquanto indivíduos autônomos e com controle sobre seus próprios destinos.

Conforme Mendes (2011) argumenta, nos estudos de Relações Internacionais, os Estados sempre foram considerados os principais atores, relegando questões como gênero ou raça a segundo plano. No entanto, ao longo do tempo, outros atores que permaneceram marginalizados começaram a trazer novas discussões para a arena internacional. A partir dos

anos 1980, as teóricas feministas se inseriram nos estudos de análise das Relações Internacionais, introduzindo o debate sobre gênero como uma categoria fundamental para compreender as disparidades de poder entre homens e mulheres no contexto internacional.

Conforme Mendes (2011) destaca, os estudos feministas em Relações Internacionais identificaram duas deficiências significativas: em primeiro lugar, a exclusão das mulheres como agentes neste contexto; e, em segundo lugar, a escassez de abordagens relacionadas ao gênero nos estudos da área. Nesse contexto, as feministas questionam a concepção do Estado como uma entidade independente das divergências de perspectivas internas (MENDES; 2011, p. 14). Assim, a desconstrução das abordagens fixas é crucial para o avanço das Relações Internacionais como disciplina. Um desafio significativo em relação ao gênero nas Relações Internacionais é a hierarquia de poder e sua representação simbólica: as mulheres frequentemente são associadas a papéis como secretárias, assistentes ou outras posições de menor hierarquia, enquanto os homens são percebidos como líderes, chefes ou aqueles aptos a ocupar cargos de maior prestígio. É notável que, desde a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), nunca uma mulher ocupou o cargo de secretária-geral, o que evidencia a natureza intrinsecamente masculina do sistema, moldado por uma hierarquia que tende a invisibilizar e diminuir o papel da mulher como agente capaz de resolver os problemas globais. Neste sentido, Monte (2013) afirma:

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade; por outro lado, o poder do gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE; 2013, p. 70)

Entendemos que a sociedade é moldada por sistemas identitários que permeiam todas as áreas: institucional, familiar, doméstica e até mesmo nas relações internacionais. Essas identidades servem para "justificar" e normalizar as hierarquias de gênero, o que torna essencial empregar o conceito de gênero como uma ferramenta analítica para compreender e examinar as dinâmicas de poder entre homens e mulheres na esfera internacional

A predominância masculina nas estruturas de poder é frequentemente considerada como algo natural, a ponto de o ambiente internacional ser tradicionalmente percebido como masculino (TICKNER, 2006). Essa visão dificulta, se não impossibilita, a entrada das mulheres nesse espaço. Assim, a falta de presença e a consequente invisibilidade das mulheres nas instituições internacionais também decorrem da escassez de mulheres qualificadas. A verdadeira questão, portanto, é por que as mulheres não conseguem cumprir os requisitos educacionais ou de formação para ocuparem esses cargos? Ao respondermos a essa pergunta, podemos observar como as hierarquias de gênero afetam as mulheres, relegando-as a um espaço onde a educação, o domínio público e o internacional não estão acessíveis para elas. Além disso, as estruturas de poder de alto escalão ainda mantêm uma simbologia predominantemente masculina.

Como salienta Rahman- Figueroa:

Como um domínio tradicionalmente masculino, as estruturas de poder existentes dentro da infraestrutura diplomática permanecem para reforçar práticas discriminatórias abertas, tornando difícil para as mulheres entrar na diplomacia na posição mais alta. Nicolau Maquiavel, um dos primeiros pioneiros diplomáticos, enfatizou muito a importância das características masculinas na condução das relações de Estado. Empiricamente, os estados são dirigidos e defendidos pelos homens e, portanto, avançam apenas o interesse dos homens. Permitir que mulheres em posições de poder fosse teoricamente percebido como uma ameaça à dominação masculina e um sinal de auto- fraqueza, como exemplificado pelos métodos da armadilha de mel usados para atrair diplomatas do sexo masculino à sedução sexual. (RAHMANFIGUEROA, 2012, p.583)

Dessa forma, muitas mulheres que conseguiram superar as barreiras históricas tendem a adotar comportamentos tradicionalmente associados ao masculino para se destacarem em suas funções e conquistar respeito dos colegas do sexo oposto (RAHMAN-FIGUEROA, 2012). No entanto, de acordo com Soares e Alencar (2017), as feministas começaram a lutar pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres não apenas na diplomacia, mas em diversos campos. Nesse contexto, a busca por representatividade de gênero, raça e classe social se tornou uma ferramenta crucial que impulsionou o avanço das mulheres na diplomacia, tornando a representação nesse campo um meio de democratização das estruturas de poder internacional (SOARES; ALENCAR, 2017, p. 3). Seguindo essa linha de raciocínio, Balbino (2011) sugere que a questão da presença feminina em carreiras de alto escalão do Estado, como a diplomacia, está inserida nas preocupações mais amplas sobre a representação de diversos grupos sociais em um Estado democrático. Sob essa perspectiva, não apenas as mulheres, mas também todos os grupos étnicos e todas as classes

socioeconômicas que compõem a sociedade devem ser representados de forma satisfatória nas instituições (KYMLICKA, 1996; LIJPHART, 2008; PHILLIPS, 2001).

No caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo em conta o contexto político, social e económico do país, parto do pressuposto preliminar de que o baixo número de mulheres no corpodiplomático não resulta apenas de um fator determinante, mas da combinação de vários obstáculos interpostos às mulheres devido a uma hierarquia de género transversal às várias estruturas sociais. Na sociedade guineense ainda se privilegia a educação formal para os meninos, enquanto as meninas são educadas para cuidar de casa, resultando em baixa escolaridade das mulheres. Porém em Cabo Verde podemos encontrar os mesmos fatores. Observamos no trecho abaixo:

A vulnerabilidade económica e o baixo nível de instrução das mulheres africanas, tem sido uma preocupação particular com a feminização do abandono escolar principalmente no ensino básico e secundário, e com a elevada taxa de gravidez precoce, que frequentemente condena, os estudantes adolescentes a abandonar os estabelecimentos de ensino, muitas vezes definitivamente, constitui fatores decisivos da fraca participação feminina nos órgãos do poder político em Cabo Verde. É de salientar que os fenómenos da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foram totalmente resolvidos, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada, neste sentido temos que reconhecer os obstáculos de cariz formal para se atingir os objetivos da igualdade entre homens e mulheres foram removidos em vários países e Cabo Verde pertence ao conjunto de países onde essas transformações se realizam. A ONU em 2005 defendeu o direito a participação de todas as mulheres, sob a égide de equidade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, onde estes são fundamentais para se alcançar a igualdade bem como o desenvolvimento e a paz. (LOPES; 2014, p. 38)

Além dos elementos mencionados pelo autor, é fundamental destacar que a legado do sistema patriarcal legado pelos colonizadores portugueses resultou em instituições dominadas por homens, que seguem uma abordagem patriarcal com repercussões na exclusão e no empobrecimento das mulheres guineenses. Mesmo as mulheres que conseguem superar os desafios socioeconômicos e culturais ainda enfrentam discriminação quando se trata de oportunidades no mercado de trabalho dominado pelos homens e, especialmente, na esfera política. Aquelas que alcançam os níveis educacionais necessários teoricamente estariam plenamente capacitadas para exercer funções diplomáticas, assim como os homens, contribuindo para o fortalecimento da diplomacia local. Esse argumento está alinhado com Fritsche (2002), que identifica a educação como um requisito técnico, porém insuficiente para desvincular as mulheres dos papéis de género social e politicamente atribuídos a elas. Nesse contexto, a participação das mulheres na política e, mais especificamente, na carreira

diplomática, é uma preocupação central na agenda das feministas tanto em nível internacional quanto no contexto de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Ao entender a inclusão das mulheres na carreira diplomática como uma questão relevante para as relações internacionais, a presente pesquisa tem por objetivo central compreender os obstáculos que determinam a franca participação das mulheres na carreira diplomática na Guiné-Bissau e Cabo Verde. São objetivos específicos: 1) verificar quais são as formas de inserção dessas mulheres e suas trajetórias na carreira diplomática; 2) analisar as diversas formas de atuação e desafios enfrentados pelas mulheres guineenses e cabo-verdianas em seus respectivos países e no exterior em relação às questões de gênero; e 3) comparar os obstáculos vivenciados pelas diplomatas de ambos os países, identificando padrões e regularidades. Para tanto, em relação à metodologia, este estudo empregou várias técnicas, com destaque para a pesquisa bibliográfica, observação dos participantes e entrevistas semi-estruturadas. Sendo assim, a pesquisa teórica, que incide na apreensão dos conceitos e até dos métodos dos teóricos do (s) campo (s) em estudo de (Bourdieu, 2002), é conhecida também como a pesquisa bibliográfica que é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 1996).

Nossa estratégia teórico-metodológica, no primeiro momento, realizamos levantamento e análise bibliográfica ampla quanto as abordagens sobre mulheres na diplomacia em África em especial em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para dar mais aprofundamento, foi analisado também a literatura existente sobre inserção da mulher na carreira diplomática, abordamos obras das principais teóricas que tratam do tema de inserção da mulher na política ou na esfera pública.

Neste sentido, a avaliação empregada aqui é parte do procedimento de uma pesquisa de campo. É a chamada avaliação de pesquisa (Chianca et al., 2001). A este respeito Jean-Marc Fontan (2005) faz observar que a evolução do conceito de avaliação, ao longo dos últimos cem anos, traduz uma crescente necessidade de emitir julgamentos sobre ingresso na carreira diplomática, desafios e permanência. Sendo que, a fase da pesquisa foi o trabalho de campo, executada por meio de coleta de dados primários a partir de entrevista semiestruturadas, procedimento técnico de pesquisa qualitativa que se desenvolve a partir de roteiro básico pré-determinado. O roteiro da entrevista foi elaborado com o objetivo de compreender os desafios enfrentados no ingresso e na permanência na esfera diplomática

(Apêndice 1). Nesse contexto, para entender as causas da baixa participação das mulheres guineenses e cabo-verdianas nas diplomacias de seus países, foi necessário o uso do método qualitativo interpretativo, uma vez que essa abordagem se centra na compreensão das dinâmicas das relações sociais a partir das experiências individuais.

Durante a elaboração deste trabalho, enfrentamos dificuldades para encontrar materiais, uma vez que há escassez de dados quantitativos e qualitativos em termos de documentos disponíveis sobre a Guiné-Bissau. Apesar de várias visitas ao Ministério de Negócios Estrangeiros em busca de documentos, como estatutos de diplomatas e dados sobre nomeações para postos no exterior, não foi possível obter informações. Fizemos várias solicitações de entrevistas, enviamos e-mails e também entregamos cartas no ministério, mas não recebemos respostas positivas. No entanto, conseguimos entrevistar duas mulheres diplomatas; a entrevista com a entrevistada A foi conduzida online, enquanto a entrevista com a entrevistada B foi realizada presencialmente.

No caso de Cabo Verde, embora tenham me enviado o boletim de nomeação de 2023 e me informado sobre a existência do estatuto da diplomacia cabo-verdiana, ainda assim não consegui ter acesso a esse estatuto. Infelizmente, devido à falta de recursos, não pude viajar para Cabo Verde para realizar pesquisa de campo. Sendo assim, conseguimos entrevistar três mulheres diplomatas cabo-verdianas; todas as entrevistas foram feitas online.

2.1 Género e diplomacia: abordagens necessárias

A disciplina das Relações Internacionais é uma das disciplinas que no decorrer do século

XX foi institucionalizada como uma disciplina acadêmica, portanto, durante esse período, procurou-se delimitar os seus objetos de investigação, tal como os debates teóricos e os preceitos metodológicos que seriam pertinentes para tal, incluindo as preocupações específicas. Sendo assim, a disciplina da RI surge da necessidade de entender os fatos do contexto internacional para ajudar nas resoluções de conflitos e procurar a paz, principalmente no período após a Primeira Guerra. Além disso, a influência do positivismo na época, principalmente na primeira metade do século XX, nas áreas de Ciências Humanas, tentou erguer essa disciplina com autenticidades reais ou ideais, tendo como base um discurso científico carregado de objetividade e da neutralidade. (BALLESTRIN, 2021 p. 179).

Após a Guerra Fria, o campo das relações internacionais se deparou com novos desafios na sua estrutura teórica central. Prontamente os problemas do campo não se limitavam só às questões realistas de guerra e segurança, mas a agenda das relações internacionais se ampliou para incluir preocupações liberais, como economia política internacional, direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, atores não estatais e sociedade civil. Sendo que, por muito tempo o debate no campo das relações internacionais girava em torno das duas principais teorias - realismo e do liberalismo, trazendo a teoria feminista novas perspectivas para o campo recentemente (Ruiz, 2005, p. 1).

2.2 Gênero e Relações Internacionais

Antes de abordarmos as principais ideias ou contribuições da teoria feminista das relações internacionais, se faz necessário ressaltarmos a importância de definir o “gênero”, como categoria central para a discussão feminista, ou seja, uma categoria analítica para compreender a construção social da relação do homem e a mulher.

De acordo com Oyěwùmí (2002), a desconstrução da ideia de que o gênero não é biológico, mas sim, uma construção social deve considerar que a diferença entre o homem e a mulher está situada em práticas sociais, e não em ocorrências biológicas. Esse entendimento é importante para o início do debate das feministas da segunda onda, que, considerando a diferença individual e a disputa de gênero pronunciadas como natural e, portanto, biologicamente determinada, foi compreendida como radical para a cultura da época.

Para Monte (2010), a divisão entre homem e mulher não está centrada apenas nos sexos, mas em um largo sistema de oposições binárias que fundamenta a ideia ocidental- o pensamento de que pares de antagônicos razões/emoções, azul/cor-de-rosa, alto/baixo, doméstico/internacional, essencialmente para as interpretações do fato que equivalem a oposição de masculino/feminino, que constitui o nosso pensamento de forma hierárquica. Portanto, partindo dessas divisões que criam os papéis de homem e de mulher.

Ainda nessa linha, segundo a escritora Joan Scott, o gênero pode ser dividido em duas partes e em várias sub-partes. Para (Scott, 1989, p.21), o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, e continua afirmando que as mudanças na

organização das relações sociais obedecem a mudança nas representações do poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente o sentido único. Ainda, a escritora Scott ressalta que o elemento constitutivo das relações sociais é fundado sobre diferenças entre os sexos.

Compreendendo que gênero é uma construção social, e não como sinônimo do termo sexo, e que gênero é a noção de poder e dinâmica de poder entre os gêneros, as feministas usam o gênero para analisar as relações de poder entre homem e mulher, e como esse poder é exercido e como essa interação tem sido na esfera privada e pública (Ruiz, 2005). Portanto, os primeiros momentos do movimento feminista, antes de chegar no campo das relações internacionais, passou por duas etapas importantes: primeira onda das feministas, as chamadas sufragistas, lutaram pelos direitos a voto das mulheres e pela inclusão das mulheres no espaço político; já a segunda onda das feministas surgiu nos anos 1970, com a pauta de inclusão social e cidadania (Pontes Nogueira e Massari 2005), ressaltando que as duas ondas era enraizadas no Ocidente e as suas agendas eram para as mulheres brancas ocidentais. A terceira onda das feministas, que inclui as feministas das relações internacionais, menos centrada no Ocidente, apresenta uma agenda mais inclusiva em relação às duas ondas que se passaram (Pontes Nogueira e Massari, 2005, p. 225).

Portanto, as teorias feministas das relações internacionais se encontram no dito terceiro debate das Relações Internacionais, representando um grande desafio à hegemonia da teoria chamada positivista, nas décadas de 1950 até os anos 1980. Sendo assim

A desigualdade entre homens e mulheres não é só problema do campo das RI, mas é reflexo de um problema que é social e atinge todas as sociedades e campos de estudos. Os anos de 1980, a agenda teórica e empírica de Relação internacional passou por um processo de mutações que o levou a um virar epistemológico, ao mesmo tempo, metodológico na disciplina. (Lenine, 2021, p. 81).

[...]

Debruçar sobre a história das mulheres na Relação Internacional como disciplina, significa, ou seja, afrontar a historiografia pelo silêncio na construção de teorias, nos debates e, sobretudo, na visão acerca dos fenômenos internacionais. (Lenine, 2021, p. 83).

O debate sobre as mulheres na disciplina das RI inicia com as chamadas “feministas liberais” que se preocupavam com as ausências das mulheres nesta esfera, sendo que, elas tinham princípios tradicionais do liberalismo político como a igualdade de direitos civis e de oportunidades (TICKNER, 2001). Nesse sentido, começaram a perguntar: onde estão as

mulheres no campo das relações internacionais? Quais são os cargos que as mulheres estão ocupando ou qual é o papel das mulheres no cenário internacional? Por muito tempo, este campo era visto como o mundo dos homens, aqueles que tinham poder para resolver problemas de alto poder. Porém, as mulheres estavam sendo indicadas aos cargos de secretaria, que era visto como papel das mulheres no sistema.

Patrícia Owens (2018), em seu trabalho intitulado “Mulheres e a história do pensamento Internacional”, procura mostrar que as mulheres sempre pensaram acerca da política internacional, mas que, de alguma forma, foram excluídas da história de análise do pensamento internacional. A autora aponta a falta das mulheres na história nos primeiros anos da disciplina em que elas não recebiam bolsas de estudos para estudar a disciplina, mas isso não quer dizer que as mulheres não tinham pensamento internacional. Owens ainda vai ao fundo mostrando no trecho abaixo:

No entanto, tão aparentemente óbvios marcadores de identidade são problemáticos e nos dizem pouco sobre o sexo/gênero auto-identidade daqueles designados como histórico mulheres. Ele só pode nos dizer como figuras com nomes, pronomes, e títulos associados às mulheres aparecem, ou não, em histórias do pensamento internacional. Assim, para efeitos de este estudo, todas essas identificações de gênero referem-se apenas a discursivo e construções históricas em vez de biológicas diferenças ou identidade individual. Nós somos então capazes de mostrar que, dentro da história do pensamento internacional, as operações do sexo/ binário de gênero contribuíram para a exclusão de grupos definidos como mulheres e a celebração de grupos definidos com o(branco)masculino (OWENS, 2018, p. 5)

Nesta citação, compreendemos que Owens evidencia que quem detém o poder da caneta dita as regras do jogo; ou seja, mulheres não têm esse poder, que está nas mãos de homens brancos e heterossexuais, por isso eles tem poder de apagar e excluir as mulheres no pensamento internacional. Ainda, ela aponta para marcadores de identidade que acabam definindo o que as mulheres podem fazer ou não e também como esses marcadores reduzem as mulheres a certos papéis, ou seja, a política internacional ainda é um clube de homens brancos.

Dito isso, o campo das relações internacionais levou muito tempo para reconhecer as teorias feministas como essenciais para a disciplina. A evidência histórica e epistemológica dos debates empreendidos nas Relações Internacionais tem a sua publicação na revista *Millennium: Journal of International Studies*, em 1988 (vol. 17, número 3), pela qual algumas das autoras tornaram-se as principais figuras feministas na disciplina. (Lenine, 2021, p. 83). Quando uma revista de prestígio na área dedicou um dossiê inteiro ao tema de feminismo,

ficava evidente que o debate merecia fazer parte da disciplina; então, aquelas feministas que já estavam tentando, com muita dificuldade, produzir e publicar sobre feminismo vem neste espaço um momento de reconhecimento. Por outro lado, Pontes Nogueira e Messari (2005) apontam que a contribuição feminista era pouco reconhecida nas Relações Internacionais até a década passada. O impacto dos estudos feministas na disciplina de Relações Internacionais foi muito tardio e ocorreu muito mais tarde que em todas as demais ciências humanas. Contudo, com o estupro de mulheres se tornando uma arma para a limpeza étnica em alguns das guerras de caráter étnico da década de 1990, a disciplina de Relações Internacionais não teve mais como não lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional.

O campo das Relações Internacionais era tão fortemente ancorado sobre o debate de segurança e sobre questões de alta política, que não abria espaço para o debate sobre gênero ou problemas que afetassem as mulheres no cenário internacional e, muito menos abria a porta para as contribuições que as teorias feministas tinham para tornar este campo mais justo.

De acordo com Barros (2007), nas disciplinas das Relações Internacionais, as temáticas sobre as mulheres ou as teorias feministas ganharam destaque paulatinamente, mas em diferentes dimensões. As contribuições construtivistas e pós-estruturalistas foram impulsionadas essencialmente por inquietações de mulheres estudiosas na área que perceberam a ausência gritante de mulheres na política internacional, ou seja, a presença majoritária dos homens no cenário internacional era observada como algo natural e que não podia ser diferente (Barros, 2007, p.172). Percebendo as ausências desses debates, as feministas ficaram inquietas e inconformadas com a situação e decidiram lutar pela mudança de paradigma. Assim, desta forma, contribuindo para o campo das relações internacionais, podemos constatar no trecho abaixo:

O principal objetivo das feministas passa a ser pontuar as práticas disciplinadoras da produção de conhecimento na área, uma vez que, para as representantes dessas correntes, a produção científica na área de Relações Internacionais está envolta por idéias de gênero, ou, num tratamento dado por elas, é um “*gendered knowledge*” disciplinado por uma epistemologia androcêntrica de produção de conhecimento. Atualmente, acompanhando o movimento maior de crescimento da influência das abordagens pós-positivistas na área de Relações Internacionais do pós-Guerra Fria, existem diversas correntes do pensamento feminista sendo representadas na área. (Barros, 2007, p. 173)

A introdução de novos pensamentos no campo das relações internacionais era necessária para diversificação dos estudos e de desconstrução do pensamento patriarcal de

poder. Um dos pontos de vista é o trazido pelas feministas consideradas tradicionais, que tinham como principal objetivo incluir os debates sobre gênero em questões de poder nas relações internacionais e de alguma forma se apresentava como uma forma alternativa de realismo (Pontes Nogueira e Messari, 2005, p. 225). Essa perspectiva está preocupada em dar voz às mulheres que estavam silenciadas no pensamento internacional e também chamar atenção da existência de outros problemas mais emergenciais do que poder e segurança.

Já no caso das feministas pós-modernas, suas abordagens procuram questionar a naturalização das identidades de gênero no cenário internacional, partindo de uma abordagem de desconstrução da ideia fixa ou natural de identidades de homem e da mulher, que era percebido como biológico; portanto, quebrar essas fronteiras identitárias era algo revolucionário na arena internacional (Barros, 2007; Pontes Nogueira e Messari, 2005). As duas abordagens buscam trazer para o campo das relações internacionais formas alternativas de soberania.

Para Pontes Nogueira e Messari (2005, p. 226.), as feministas tradicionais sustentam a ideia que as mulheres de forma geral, “podem produzir políticas diferentes e, por isso mesmo, podem providenciar um soberano diferente”. No entanto, as feministas pós-modernas negam essa posição, argumentando que a questão de identidade de gênero desempenha um papel crucial no pensamento militar e na ideologia de uma sociedade. Ainda para a corrente das pós-modernas a inclusão de gênero como uma categoria analítica e inclusão das mulheres nas forças armadas, podem transformar ou mudar os resultados políticos dominados pelos homens. Continuando o argumento de que “uma consequência extrema resultaria na substituição da atual dominação masculina por uma dominação feminina de forma a constituir vias alternativas para lidar com questões de segurança”. (Pontes Nogueira e Messari, 2005, p. 226). Nesse sentido, as feministas pós-modernas compreendem que esse pensamento só muda os peões de lugar, mas não muda o sistema, colocar um novo soberano; criaram uma barreira à liberdade de pensamento com resultados incertos. As feministas pós-modernas rejeitam o pensamento das feministas tradicionais da mesma maneira que rejeitam as posições dominantes na disciplina das relações internacionais (Pontes Nogueira e Messari, 2005).

Para as feministas pós-modernas, a desconstrução das identidades de gênero objetiva tornar o cenário internacional mais equitativo e não excluir o outro gênero, porque a luta deve

ser para transgredir as fronteiras entre os gêneros e não para criar fronteiras. Homens e mulheres na disciplina de Relacionais Internacionais devem ter as mesmas oportunidades sem distinção de gênero, só assim haverá mudança no cenário. Podemos ver no trecho abaixo as contribuições das feministas pós-modernas:

As contribuições feministas pós-positivistas na área de Relações Internacionais auxiliam, portanto, na desconstrução das identidades reificadas na disciplina que se provaram excludentes, hierárquicas e autoritárias. Não só isso, elas buscam espaço para que as características conhecidas no imaginário da civilização ocidental moderna como femininas possam ganhar voz na produção de novas articulações para as relações internacionais. Nesse sentido argumentamos aqui que as perspectivas feministas, ao criticarem um discurso dominante e ao apresentarem a necessidade de novos olhares (femininos) para as relações internacionais, corroboram a proposta dos autores pós-modernos que discutiremos a seguir de rearticulação do pensamento na disciplina de Relações Internacionais. (Barros, 2007, p.174)

Com o cenário abordado, as feministas pós-modernas não pretendem ocupar lugar da oposição dominante na disciplina, mas auxiliar na desconstrução das identidades que excluem as mulheres e criam hierarquias entre homens e mulheres, desta forma dando o poder aos homens e colocando as mulheres como subordinadas. Elas contribuem para uma disciplina mais diversificada de pensamento e para incluir as mulheres dentro da disciplina. Caso contrário, pode-se observar nas argumentações de Monte (2013) que as abordagens feministas acionam a categoria gênero para analisar a pesquisa das relações internacionais nas instituições e normas do sistema internacional, observando, dessa forma, as diferenças nas relações entre os gêneros e as instâncias de composição de identidades de homens e de mulheres. Portanto, as abordagens feministas têm em comum o fato de colocar a sua luta política na construção de uma ordem internacional mais justa e igualitária. Ainda, a autora continua apontando que a maior parte das teóricas feministas colocam o pós-positivismo para, não só localizar as mulheres em posições marginais ou subordinadas, mas também apresentar como essas posições estão ligadas ao poder de gênero (MONTE, 2013, p. 29). O gênero é observado como um sistema de símbolos, colocado para compreender a realidade e fixar significados, tarefas, portanto, essa não é a única função que se classifica essas categorias, mas também como uma guia para as ações dos indivíduos. O gênero inverte essa concepção tradicional sobre a relação entre indivíduos e as suas identidades de gênero (MONTE, 2013, p. 73).

O foco das teorias feministas não está apenas nas mulheres, como também nas

instituições, estruturas e relações de poder que as deixam em posição de desvantagens. Se o problema no fundo são as instituições e os limites impostos pela política, devem ser repensadas de uma perspectiva que leva em conta a posição das mulheres, ou seja, uma perspectiva de é(BIROLI, 2017, p. 179). As instituições e estruturas de poder são sistemas que mudam a sua forma de comportamento ao longo do tempo, como o patriarcado, pois não é um sistema fixo, mas mutável e age conforme a realidade de cada território, mas o que o sistema patriarcal e as instituições e estrutura de poder têm em comum é o fato de colocar as mulheres na posição de subordinação.

2.3 Feminismo no Sul Global e as Relações Internacionais

Nesta seção, vamos abordar o feminismo interseccional, tornando relevante falar sobre o que é interseccionalidade, por que é diferente.

Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, nos primeiros anos do século XXI, o conceito de “interseccionalidade” passou a ser amplamente utilizado por pesquisadores, defensores de políticas públicas, profissionais e ativistas em diferentes contextos. Estudantes universitários e professores de áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos sobre a civilização americana e mídia, além de disciplinas tradicionais como sociologia, ciência política e história, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos acadêmicos. Sendo assim elas definem a interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária entre outras – são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS E BILGE, p. 273)

Ainda as autoras reconhecem a grande diversidade e heterogeneidade que caracteriza atualmente a compreensão e a aplicação da interseccionalidade. Embora existam debates sobre seu significado e até sobre sua adequação, "interseccionalidade"

é o termo amplamente aceito.

Por último, se adequa a esta pesquisa, porque aborda a experiência das mulheres do Sul, concretamente da Guiné-Bissau e Cabo Verde, dois países em vias de desenvolvimento, que frequentemente são excluídas do cenário internacional. Trazer suas experiências para o campo das relações internacionais reforça a ideia da interseccionalidade, de incluir todas as identidades e experiências individuais.

As teorias das Relações Internacionais somente se diversificaram no final da Guerra Fria. Desta forma, as questões feministas foram consideradas menos relevantes para a disciplina durante grande parte do século XX e foram colocadas em uma grande agenda que tratava de temas diversos: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Cultura, Género e Raça. Entretanto, segundo Persaud e Sajed (2018), apesar de grandes avanços no campo nas últimas décadas, atualmente não existem muitos livros didáticos que abordem questões de raça, género e cultura em RI a partir de uma visão pós-colonial e decolonial.²Podemos utilizar o exemplo da questão da raça que é pouco debatida no cenário internacional. Afirmam os autores Persaud e Walker (2001) que mesmo com abertura ou aderência de novos temas na agenda da disciplina das Relações Internacionais, ainda assim, existe um silêncio em torno da temática de raça, dentre outros temas. Entretanto, essas temáticas entram na agenda das relações internacionais a partir da realização das Conferências da década de 1990, quando houve um aumento da participação de organizações não governamentais nas discussões propostas pelas organizações internacionais

Parsaud e Sajed (2018) ressaltam que, para além de dar atenção especial às intersecções de raça, género, classe e cultura, o pós-colonialismo também aborda os processos históricos associados ao colonialismo e como isso influencia a política contemporânea. A abordagem pós-colonial trouxe contribuições no que tange as epistemologias e teorias, tendo como foco os subsídios elaborados no período dos anos de 1980. Essa contribuição tem ajudado a decifrar e a projetar campos diferentes na agenda de pesquisa das RI. O pós-colonialismo e o feminismo, ao longo desses tempos, já possuem fundamentos com base nos trabalhos já produzidos desde 1990. (BALLESTRIN, 2021, p. 182)

Nas Relações Internacionais, as abordagens feministas e ¹pós-coloniais trazem de novo os problemas fundamentais para a compreensão da questão das desigualdades no mundo, principalmente a partir da década de 1990. Por outro lado, é importante frisar que as intervenções desse grupo a nível internacional contêm um direcionamento transdisciplinar, mesmo levando em consideração que a aplicação das duas correntes na disciplina da RI é bem evidente. As duas correntes são conhecidas por partilhar uma longa tradição e história antes de encontrar as RI como uma disciplina acadêmica. (BALLESTRIN, 2021, p. 192).

O contexto internacional, principalmente na primeira década do século XXI, possibilitou o surgimento de movimentos contestatários no Sul Global. Esses movimentos eram liderados pelas mulheres dos países em desenvolvimento, que fizeram emergir o novo conceito de Neofeminismo. (Borba e Moreira, 2015, p. 54). Os conceitos ao longo da história humana foram criados pelos homens para ajudar na compreensão e explicação de fenômenos em campos diferentes. Mediante a evolução da humanidade, esses conceitos ganharam novos elementos que possibilitaram a explicação de novos contornos do mesmo fenômeno. Borba e Moreira, afirmam, que o conceito do neofeminismo é usado para definir novas formas de movimentação política das mulheres que surgiram no século XXI,

resultado de uma mudança profunda no feminismo a nível mundial e pela configuração e reconfiguração que ocorreram nos movimentos de mulheres, principalmente das mulheres do Sul Global, que trouxeram fundamentos diferentes daqueles que foram alicerces das fases anteriores do feminismo. Para os autores Borba e Moreira, o Neofeminismo possui um recorte espacial, porque tem as suas particularidades, que remetem a grupos encontrados em espaços específicos, ou seja, nos países onde a desigualdade de gênero é uma das formas de sociabilidade, entre os quais, destaca-se o Brasil, Egito, Índia e os países subdesenvolvidos (Borba e Moreira 2015).

Quais são as especificidades do feminismo do Sul? É importante notar que o novo feminismo é fundamentado em uma direção semelhante em suas políticas e expressões, que os distinguem do feminismo do Norte Global. Essa dicotomia entre as duas abordagens (Norte/Sul) permite uma compreensão mais clara das relações entre

¹ Exceção recente é a publicação do livro TOLEDO, Aureo (org.). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais. Salvador: EdUfba, 2021

identidade e diferença dentro do movimento feminista. Apesar das divergências existentes, ainda existe uma coesão entre as diversas identidades, sem que isso resulte na fragmentação do movimento. (BAHRI, 2013; FRASER, 2009; MATOS, 2010).

Uma questão destacada pelos pesquisadores (BAHRI, 2013; FRASER, 2009; MATOS, 2010) é a prevalência do feminismo do hemisfério Norte, considerando sua origem histórica e a forma como as narrativas do movimento feminista foram construídas. A perspectiva pretendida neste trabalho é de que as feministas do Sul evidenciam características que as podem tornar principais autoras do novo contexto. Antes de mais, vale destacar a principal diferença existente entre as duas perspectivas, “a necessidade de definir no plural “feminismos”, nos movimentos do Sul e definir no singular, “feminismo”, o movimento do Norte.” (Borba e Moreira, 2015, p. 50).

Assim, o sistema internacional do eurocentrismo e ocidentalismo limita a sua teoria e disciplina acerca da história europeia, enquanto o pós-colonialismo das RI nos remete a uma forma analítica mais abrangente do sistema geopolítico de conhecimento que a

reproduz. Neste sentido, muitos autores atentam que existe uma divisão na forma de produção de conhecimento em RI, considerando os contextos do Norte global e o do Sul global. (BALLESTRIN, 2021, p. 198).

No âmbito das dinâmicas, interações e práticas inter-transnacionais, tanto as feministas como os pós-coloniais conseguem decifrar novos problemas que não são abordados ou os que foram silenciados. Entre os questionamentos estão: a questão da masculinidade produzida pelo sistema colonial, as guerras e o disciplinamento militar masculino, como base no género passaram a ganhar maior ênfase a partir da questão do género; também as inúmeras formas das violências que as mulheres são sujeitas no que se refere a invasão, intervenção militar e também o quando do início de uma nova guerra são pensadas e abordadas pela agenda internacional; além disso a não abordagem de formas de trabalho precário suscitadas pela globalização, das emigrações, o turismo sexual, entre outras ganharam muita atenção. (BALLESTRIN, 2021, p. 193).

Um dos objetos de investigação e de intervenção nas RI é a participação das mulheres na vida política internacional. No entanto, de uma forma global, a participação internacional das duas correntes (pós-colonialismo e do feminismo) possibilitou o

crescimento de uma agenda multidisciplinar de pesquisa sobre diversas temáticas entre eles, migração, trabalho, violência, sexualidade, representação política e identidades, no contexto das diásporas globais contemporâneas. (BALLESTRIN, 2021, p. 193).

Por outro lado, o crescimento do feminismo interseccional mexeu com as bases do feminismo norte-americano, considerando que a concepção liberal do pensamento era dominante e olhava para qualquer tipo de discurso com base na diferença como uma ameaça a homogeneidade feminista. Mediante isso, para as feministas interseccionais, a homogeneidade não passava de uma suposição considerando as diferenças evidentes entre as duas perspectivas. Nesse sentido, as ideias liberais universalistas e humanistas sustentaram o discurso narrativo como a voz do feminismo norte-americano sobre as realidades das feministas interseccionais, mesmo com o aparecimento de novas visões e sujeitos no seio dos movimentos feministas, o discurso que continuou a prevalecer foi o do feminismo liberal. Mesmo para força dominante, a integração da interseccionalidade requereu assimilação. (BORBA e MOREIRA, 2015, p. 50).

Em relação ao Sul Global, os feminismos são ligados pluralmente, tendo em conta os contextos políticos diferentes em que foram criados e por responder com base num discurso popular. Esse movimento do Sul Global surgiu como alternativa ao discurso neoliberal do Norte Global, problematizando questões socioestruturais dos países chamados de “terceiro mundo”. (BORBA e MOREIRA, 2015, p. 50)

No entanto, pode-se observar que das muitas preocupações feministas com a sua entrada na disciplina da RI nos anos 1990, são com o tratamento idêntico ao pós-colonialismo, principalmente no caso da interseccionalidade entre raça, género e classe. E, também podem ser consideradas contribuições das teorias do pós-colonialismo para o campo das relações internacionais a inclusão de raça e colonialismo na agenda das RI (BALLESTRIN, 2021, p. 196).

(...) o movimento feminista tornou pertinentes para que haja a consolidação de uma agenda em RI por proporcionar a contestação crítica e analítica e também de relação de poder no mundo. Por conseguinte, a amplitude mundial do sistema colonial e imperial, a visibilidade de agentes sociais que não podem ser vistas como simples Estado-nação e as mudanças do sistema colonial e do imperialismo no plano internacional com os seus primórdios desde 1960 são aspetos importantes para refletirmos sobre os diferentes momentos da atualidade e como esses processos impactam a vida das mulheres. (BALLESTRIN, 2021, p. 197).

Indo em contramão à tendência tradicional e homogeneizante, as correntes do Sul Global asseveram a necessidade de ter em consideração as identidades como forma de afirmar as diferenças. Neste contexto, as identidades culturais não se encontram ultrapassadas, mas sim tem um papel na afirmação de uma perspectiva antirracista e não neoliberal com vista à procura de um mesmo sentido e pertencimento. (BORBA e MOREIRA, 2015, p.51).

Além das identidades como uma das características, a inserção do Neofeminismo dentro de uma perspectiva do Sul é uma delas. Essa perspectiva tem como traços, as trajetórias históricas dos países subdesenvolvidos e as lutas das feministas do Sul que enfrentam condições adversas de vida e do cotidiano em todos os aspectos. E essa perspectiva implica como as identidades são tratadas em contextos distintos e a forma como o status pode alterar as relações de poder dentro do contexto feminino. (BORBA e MOREIRA, 2015, p. 52). Os autores apontam casos interessantes como os casos do Egito e da Índia em que a emergência de seus movimentos feministas está ligada ao período colonial e às lutas nacionalistas. No caso do Egito, as feministas tiveram um papel importante na esfera política do país, considerando que era necessário incluí-las para criar mais legitimidade ao projeto nacional. (BORBA e MOREIRA, 2015, p. 52).

A escritora Ballestrin, em seu artigo “Feminismo Subalternos”, mostra a preocupação das feministas e pós-coloniais, depois do seu encontro nos anos 1980, no qual ambas concordam que os campos de produção do conhecimento e da literatura são ainda esferas férteis, porque é um terreno invisível, silenciado e no qual a subalternidade dos sujeitos é criada pelo sistema patriarcal e pelo colonialismo. Continua a escritora afirmando que não é por acaso que a mulher é colonizada, sendo, portanto, subalternizada (BALLESTRIN, 2017, p. 1037).

Segundo Parsaud e Sajed (2018), não se pode falar da questão do subalterno sem discutir os problemas das mulheres e das suas contribuições nos estudos pós-coloniais. Ressaltam as autoras que o pensamento feminista das mulheres brancas universaliza as opressões das mulheres, ou seja, elas consideram que os problemas que elas passam são problemas de todas as mulheres e, por isso, podiam falar por elas, como podemos ver na citação abaixo:

A literatura existente sobre as mulheres do Terceiro Mundo por estudiosos feministas ocidentais, destaca as deturpações gritantes das mulheres do Terceiro Mundo como passivas, atrasadas e a precisar de ser resgatadas pelas suas irmãs brancas libertadas. Além disso, ela também chama a atenção para a forma como as mulheres do Terceiro Mundo são consistentemente agrupadas numa categoria homogênea sem qualquer consideração pelas suas variadas experiências de opressão, pela sua diferente posição socioeconômica (classe e raça fazem manter muito), e pela diferente compreensão que possam ter da liberdade (PARSAUD e SAJED, 2018, p. 15).

Esse silenciamento da voz da mulher em países em desenvolvimento pelas feministas ocidentais evidencia a demarcação das questões raciais, uma vez que as mulheres brancas entendiam que eram “superiores” às mulheres negras por elas serem escravizadas e, por conta disso, elas não saberiam se defender ou se posicionar perante as duplas opressões, que eram opressores patriarcais e do neocolonialismo.

Portanto, Parsaud e Sajed (2018) abordam sobre a importância de recuperação de voz da mulher subalterna. As autoras defendem que a subalterna, por conceito, não pode falar porque seu lugar na pirâmide se encontra no lugar marginalizado, que sua voz é simplesmente insignificante. Desta forma, as mulheres brancas entenderam que poderiam falar por elas. Por isso que quando se pensa no gênero em relações internacionais nos primeiros momentos, não foi incluída a categoria raça no debate e, como sabemos, só a categoria de gênero sem raça e classe não daria conta de trazer as opressões individuais de cada grupo oprimido.

Assim, ficou reconhecido como um feminismo do Norte e de países desenvolvidos, muito pouco sensível às questões das mulheres não ocidentais, do Sul e do Terceiro Mundo, cujas simplificações, generalizações e não diferenciações em termos de identidade, representação e interesse acabaram por caracterizá-lo. Estabeleceu-se uma bipolaridade no interior do feminismo, com dois pólos antagônicos e irreconciliáveis em torno de uma diferença aparentemente “geopolítica”. Assim, ao denunciar o colonialismo intelectual das acadêmicas feministas ocidentais, o feminismo terceiro-mundista, construiu uma cadeia de equivalência discursiva “inversa”.

E, assim como o feminismo ocidental passou a ser julgado por essencialista, inferiorizando e vitimizando as mulheres do “Terceiro Mundo”, o feminismo terceiro-mundista respondeu utilizando a mesma operação ao essencializar, superiorizar e

responsabilizar as mulheres feministas do Primeiro Mundo (BALLESTRIN, 2017, p. 1040). Nessa passagem, Ballestrin apresenta as críticas das feministas ditas progressivas e inclusivas, mas que não procuram levar em conta as experiências individuais, principalmente das mulheres negras. Ao invés disso, elas universalizam as opressões, com isso as mulheres do terceiro mundo perceberam que não estavam incluídas nas pautas das mulheres brancas, porque elas não levavam em conta as questões coloniais e raciais que perpassavam na vida das mulheres negras.

Se a luta é para libertação das mulheres do sistema patriarcal, deve também ser levado em conta outros tipos de problemas que perpassam as mulheres como raça, classe e cultura, uma vez que as mulheres negras se encontravam na camada mais pobre, não só nos nas Américas, mas também no mundo inteiro. Por outro lado, elas sofrem com as questões do racismo estrutural, por isso que é importante acionar o debate das interseções para entender os problemas que afetam as mulheres. Não basta só analisar essa problemática, baseando apenas no gênero, porque as experiências das mulheres não são universais, cada mulher dependendo da sua origem, raça e etnia tem a sua experiência individual, que vai apresentar quais tipos de opressões ela sofre.

Segundo Persaud e Walker (2001), ao contrário da cultura, da economia e do gênero, houve pouco esforço na tentativa de insistir que as reivindicações sobre raça, de fato, merecem discussão séria no contexto de uma mudança na ordem global. Para as autoras, o problema que deve ser resolvido não é que a raça foi ignorada nas Relações internacionais, porque existe bastante literatura sobre a importância de fatores raciais na política internacional, mas que a raça recebeu a epistemologia de status de silêncio.

Chegamos a uma conclusão nessa seção de que as mulheres sempre pensaram sobre a política, mas elas foram apagadas da história do pensamento internacional. Nesse sentido, entendemos que o estudo de gênero e raça tem muito a contribuir na política internacional;

afinal, tanto as mulheres brancas como negras têm capacidade para resolver os problemas ditos de alta política.

2.4 Presença da mulher na diplomacia

Na história da presença das mulheres na diplomacia alguns marcos podem ser apontados. Segundo o documento de Foreign Office, a Espanha talvez seja a pioneira no que se refere ao emprego de mulheres a nível de diplomacia no período moderno, quando Fernando de Aragão, em 1507, mandou a sua filha viúva Caterina como embaixadora na Inglaterra com o objetivo de negociar com Henrique VII a respeito do atraso quanto à sua proposta de casamento com o príncipe Henrique. (Fritsche, 2002, p. 1).

Em seguida, foi a vez da França no Tratado de Cambrai (1529), que era comumente conhecido como: “A Paz das Damas”, visto que tinha sido redigido e negociado pela mãe do rei Francisco I, Luísa de Saboia, além da tia do imperador Carlos V, Margarida da Áustria. Depois Madame Delahaye-Vautelaye foi nomeada embaixadora da França, em Veneza; igualmente, no início do século XVII, a Maréchale de Guébriant tinha se tornado embaixadora francesa na Polónia. (Fritsche, 2002, p. 1)

Quando foi negociado o secreto Tratado anglo-francês de Dover, a duquesa de Orleans tinha atuado como representante de Luís XIV junto com o seu irmão, em 1670, e após a prática foi interrompida pela França. Foram admitidas em 13 países, sobretudo Nicarágua e Turquia, mulheres em serviços diplomáticos e consulares, em 1933. Neste sentido, de novo, a Espanha foi um dos primeiros países neste quesito, nomeando Isabel de Zulueta como Chanceler da Legação da Espanha, no Panamá. (Fritsche, 2002, p. 2). Assim, nota-se que essa tardia presença das mulheres nos corpos diplomáticos é causada pela construção de hierarquias de género que colocam as mulheres na vida de domesticidade e os homens como pensadores de política internacional.

As organizações internacionais não possuem um bom histórico em relação às mulheres no mais altos cargos no tocante à diplomacia. Isso, com efeito, pode ser constatado nas Nações Unidas, com a nomeação da primeira mediadora Mary Robinson, somente em 2013. Por outro lado, Federica Mogherini encabeça o Serviço de Ação Externa da União Europeia, embora todas as pessoas que foram enviadas em missão representando a União Europeia eram homens, em 2017. Em suma, no que toca aos embaixadores no âmbito mundial, 85% (oitenta e cinco por cento) são homens. (Aggestam e Towns, 2018, p. 2)

É bom ressaltar que o endossamento da resolução histórica 1325 do Conselho

de Segurança das Nações Unidas, de 31 de outubro de 2000, foi um ato muito relevante para a busca incessante tanto de representação e de participação das mulheres nas negociações de paz como para a observância das questões de gênero nas guerras. Sobre a agenda mundial da comunidade internacional, a resolução das Nações Unidas impulsionou a questão das mulheres, paz e segurança, mostrando o quão relevante é o papel que estas devem desempenhar para conjuntos de atividades e medidas a fim de que possam solucionar conflitos e negociações da paz. Igualmente, mostra-se interesse em atingir a igualdade de gênero. (Aggestam e Towns, 2018, p. 2)

Há uma concepção distinta sobre a mutação da diplomacia e sua implicação no âmbito mundial; algumas pessoas afirmam que a diplomacia moderna é a junção de várias coisas da antiga diplomacia ao passo que outras dizem que as mudanças que ocorreram influenciaram uma nova que a distinguiu da transparência, publicidade e de novos atores (Aggestam e Towns, 2018, p. 5). Entretanto, mesmo com a “mudança” de paradigma as mulheres ainda não ocupam cargos de prestígio e mesmo assim elas contribuem no melhoramento da esfera diplomática.

As mulheres como esposas de funcionários diplomáticos e consulares foram de grande contribuição para a diplomacia a partir dos primeiros anos até meados do século XX. Nestes termos, tinham sustentado seus esposos no que toca à administração das casas diplomáticas, dirigindo e estabelecendo contatos a fim de dar suporte às atividades das pessoas que trabalhavam na embaixada. Nos dias atuais, há um contingente de mulheres com instrução tanto quanto seus esposos e até mais em alguns casos, pois muitas delas possuem carreiras próprias.

Todavia, ainda são feitas por esposas as contribuições não pagas, em grande escala, no tocante às missões diplomáticas. (Fritsche, 2002, p. 2).

A pouca presença de mulheres na carreira diplomática acompanha a pouca representatividade das mulheres no campo político. Segundo os dados da UN (2020), publicado em 30 de agosto de 2020 e atualizado em 3 de dezembro de 2020, apenas 20% de mulheres são chefe de Estado ou Governo; 36% de parcela de assentos eleitos em órgão deliberativos locais são ocupados por mulheres; 25% parcela de assentos parlamentares; 20% presidentes ou porta-voz da câmara; 40% de juízes são mulheres; 18% diretores executivos; 22% Ministras e 28% Cargos de Gerenciais (UN-DESA,

2020).

Questão significativa que ainda persiste é a falta de oportunidade à educação, elemento-chave para que as mulheres possam alcançar a equidade. No entanto, podemos constatar grandes esforços de Nações Unidas na luta contra todos tipos de discriminação contra as mulheres e meninas:

As Nações Unidas têm desempenhado papel fundamental na promoção da situação e dos direitos da mulher em todo o mundo. Essa contribuição assume várias formas, desde a promoção do debate à negociação de instrumentos juridicamente vinculantes. A criação de espaços de diálogo tem ampliado a visibilidade do tema e a conscientização sobre a situação de discriminação e inferioridade em que se encontram as mulheres em várias esferas da vida social, em quase todos os países. A negociação de compromissos e de acordos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, tem incidido diretamente sobre a legislação e as políticas públicas nos países-membro. (Viotti, 1995, p. 148)

A batalha pela eliminação da violência baseada em gênero tornou-se preocupação das Nações Unidas, sendo que nesses termos, em 1995, na Conferência das Mulheres da ONU, em Pequim, os governos tinham estado em concordância na eliminação da diferença de gênero em termos de escolaridade tanto a nível primária quanto a secundária até em 2005. (Fritsche, 2002, p. 3). Nesse sentido, a Plataforma de Ação da Conferência de Pequim sobre as mulheres incentivou as organizações de sociedade civil, governos, as agências de Nações Unidas, União Europeia, as instituições públicas e privadas a incorporar a perspectiva de gênero em todo programa político ou em suas agendas. (Vital, 1997, p. 2). A Conferência de Pequim foi resultado dos avanços obtidos das conferências passadas - Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975 -, depois de uma análise profunda sobre obstáculos para superar as desigualdades de oportunidade e de direitos e alcançar seu desenvolvimento como sujeitos e responsáveis de suas vidas. Apesar dos objetivos a longo prazo, a Conferência de Pequim identificou doze áreas de grande preocupação e que deveriam ser combatidas com urgência:

Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas

atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina. (Viotti, 1995, p. 149)

Compreende-se a importância que essas áreas têm para superação das desigualdades entre homens e mulheres, mas também para tirar as mulheres em extrema pobreza, uma vez que os homens são detentores de poder econômico e, ainda, apesar dos avanços em termos de justiça de gênero, falta muito ainda para se conquistar a tal igualdade e equidade entre os gêneros. Vale ressaltar, que o trabalho que as Nações Unidas vêm realizando em torno das questões de gênero, contribui para a superação das injustiças sociais, mas em termo de diplomacia ONU, precisa-se observar seu interior ou seja, incorporar gênero no sistema internacional, em especial no campo da diplomacia.

Para Mendes (2011), a presença feminina nas organizações internacionais iniciou com níveis bem modestos e vem evoluindo ao longo dos anos. Ressalta o autor que, no período da Liga das Nações (1920-1946), nenhuma mulher integrou o Conselho da Liga. Já com a criação das Nações Unidas, no primeiro momento, as mulheres representavam menos de 5% dos delegados da Assembleia Geral da organização, em 1946. Mesmo com comprometimento da ONU com a igualdade de gênero, em sua agenda de discursos, na prática não se vê sua execução (Mendes, 2011, p. 16) Em geral, os níveis de participação feminina no âmbito das organizações internacionais em posições estratégicas têm sido mais baixos do que o apresentado em instituições do Estado. O secretário da ONU estabeleceu uma meta de presença de 25% de mulheres, a qual não foi cumprida ainda. Para as posições de liderança o quadro é ainda mais crítico, já que, uma vez que as mulheres já são sub-representadas dentro dos seus próprios estados, isso se refletirá de forma ainda mais marcante na atuação da elite no plano internacional. A contratação maior de mulheres nas Nações Unidas está entre os níveis mais baixos de pessoal (Mendes, 2011, p. 16).

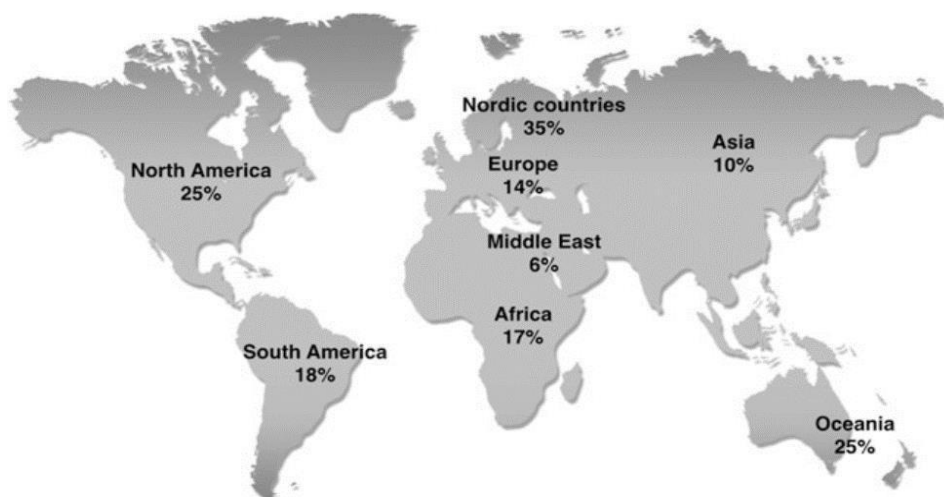
Além da realidade citada acima, já se passaram setenta e seis anos da criação da ONU, mas até hoje nenhuma mulher foi eleita para o cargo de secretaria geral da entidade, isso prova que ainda falta muito a se fazer na arena internacional. Os discursos

sobre incorporação de género nas instituições não acompanham a prática, o que dificulta o alcance do objetivo de justiça social; assim, como não se faz a teoria sem a prática, é necessário que o dois encaminhem na mesma direção.

Nesse mesmo sentido, as mulheres se configuram entre 9% de negociadores e 2,5% dos principais mediadores nas negociações de paz entre 1992 e 2011, conforme o estudo sobre as mulheres na ONU (UN Women, 2012). Contudo, sabe-se muito pouco em relação aos papéis e às perspectivas das mulheres como sendo mediadoras e negociadoras; com efeito, tal fato tem contribuído com o intuito de tornar ainda mais invisível a sua participação na ONU, porquanto ocupam os papéis mais baixos na organização. (Aggestam e Towns, 2018, p. 10). Aggestam e Towns manifestam a preocupação com os padrões de representação de homens e mulheres em cargos diplomático, como podemos observar em mais:

Um dos padrões mais marcantes da diplomacia contemporânea é a super-representação dos homens e a sub-representação grosseira das mulheres em cargos diplomáticos e de negociação de alto escalão. Embora isso possa refletir o caráter altamente generificado da diplomacia como instituição, esse padrão também corresponde a tendências mais amplas na política global. Apesar das incursões significativas das mulheres em várias esferas políticas públicas nas últimas décadas, as estatísticas ainda revelam um quadro sombrio de representação política inclusiva e igualdade de género: aproximadamente 77% dos assentos parlamentares do mundo são ocupados por homens; 90% dos chefes de estado ou de governo são homens, assim como 82% dos ministros seniores. (Aggestam e Towns, 2018, p. 10).

Os padrões pré-estabelecidos reforçam ou dão manutenção aos privilégios dos homens para continuar a ocuparem os cargos de prestígios. É de salientar que esses padrões também se refletem em outras feras não diplomáticas. Ainda, as escritoras Aggestam e Towns apontam que as mulheres são esmagadoramente sub-representadas nas nomeações de embaixadores a nível mundial - as mulheres ocupam apenas 15%. Ressalvando que existem diferenças em termos regionais por exemplo: os países nórdicos são os que mais nomeiam as mulheres como embaixadores com 35%, como podemos verificar no mapa abaixo (Aggestam e Towns, 2018).



Fonte: Aggestam e Towns, 2018

Figura 3: Porcentagem de mulheres embaixadoras em diferentes regiões do mundo

Essa baixa representação das mulheres na diplomacia é mais uma prova de que a paridade de gênero em todas as esferas da vida política e pública continua lento e muito distante. Neste sentido, Lenine e Sanca apontam, que “a despeito dos avanços, a diplomacia ainda é um espaço eminentemente masculino e masculinizado, caracterizado por normas, ritos e tradições flagrantemente generificados” (Lenine e Sanca, 2022). Muito embora entenda-se a importância da equidade de gênero e de oportunidade em homens e mulheres, mesmo assim, as mulheres estão aquém da paridade.

Balbino (2011) evidencia a importância da atuação das mulheres na diplomacia, que podem oferecer grande contribuição, especialmente no que diz respeito à segurança, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, equilíbrio e diversificação de pensamento na arena internacional, entre outros. Continua a escritora, mostrando que as mulheres têm pontos de vista diferentes sobre temas de guerra. Portanto, geralmente olhares das mulheres menos afeita a violência como forma de resolução de conflitos, rejeita, em geral, o recurso à guerra, por entender que são mãe e esposa dos vão à guerra e que podem morrer na guerra (Balbino, 2011, p. 51).

Sobre a contribuição das mulheres na educação, Balbino (2011) considera as mulheres como principal veículo de difusão de conhecimento sobre prevenção de doenças e tem papel importante na formação ecológica. Sendo vítimas de inúmeras formas de discriminação em diversas sociedades no mundo, e dado que a situação de pobreza tende a ser concomitante com uma maior segregação da mulher, a sua forma de

lidar com temas de direitos humanos e desenvolvimento é mais obstinado (Balbino, 2011, p. 52). Por fim, Balbino (2011) enfatiza que as mulheres formuladoras de política sejam nacionais, como na arena internacional, sempre rompem com a racionalidade e as tradições tipicamente masculinas, como aquelas que justificam punições desumanas, morte ou suicídio em nome da honra, entre outros. (Balbino, 2011, p. 52). Ainda neste viés, em nome da honra, recentemente a ministra da saúde de Portugal, Marta Temido, apresentou a sua demissão ao primeiro-ministro por entender que deixou de ter condições para se manter no cargo².

Concluindo essa seção compreendemos que a diplomacia ainda é um espaço masculinizado, apesar da tímida abertura para as mulheres. No entanto, o cenário está mudando e as mulheres têm muito que contribuir na manutenção da paz e na criação de ambiente internacional menos tóxico e mais inclusiva. No próximo capítulo, abordaremos sobre a presença e participação das mulheres guineenses e cabo-verdianas na sociedade dos seus países.

3. A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES E CABO-VERDIANAS NA SOCIEDADE DOS SEUS PAÍSES

Se é verdade que cada mulher é um mundo, também é verdade que cada mulher dá a sua contribuição para mudar o mundo. A luta de libertação não foi exceção. Ao lado dos homens estiveram mulheres que partilharam os actos de heroísmo, os momentos de angústia, as horas de medo, os arrebatamentos de coragem. Elizabeth, Ana Maria, Maria Ilídia, Josefina, são quatro rostos dessa história. Jorge Montezinho

O percurso da história do continente africano foi interrompido pelos invasores europeus, que impuseram a sua cultura e silenciaram a cultura de povos africanos, arrancando-os de suas terras; foi tirada sua língua, a sua forma de educação, obrigados a cultuar deuses europeus e a se odiar, uma barbaridade que durou por quatro séculos. Entretanto, para Araújo (2022, p.4) “Em resposta a este sistema de exploração, falta de autonomia, devastação de seu povo e seus costumes que surgiram os movimentos de

2 1 O sector da saúde em Portugal tem estado no centro das polémicas, mais recentemente devido aos constrangimentos nas urgências. Na área da obstetrícia e genecologia, os serviços encerraram temporariamente em vários pontos do país e sucedem-se as dificuldades em assegurar escalas.

enfrentamento e resistências através da implantação dos partidos políticos para a possível organização de nações independentes”, ou seja, para resgatar ou retomar o percurso da história do continente e acabar com a imposição colonial era necessária organizar movimentos de libertação nacional, que posteriormente vieram a formar partidos políticos. No entanto, várias nações africanas, incluindo Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, experimentaram a luta armada como meio para alcançar a sua independência.

Importante ressaltar que, nesse contexto das lutas pela independência dos países africanos, o movimento pan-africanista³ teve papel destacado na mobilização internacional sobre o tema. Várias lideranças africanas que surgiram no movimento reivindicaram nos fóruns internacionais resoluções sobre a autodeterminação dos povos africanos. Lideranças pan-africanas como Kwame Nkrumah e Leopóld Senghor assumem a presidência dos seus países recém-independentes – respectivamente, Gana e Senegal -, buscando a mediação de diversos países para a independência integral do continente. Posteriormente, a iniciativa que expressava o desejo da construção de uma África unida foi a criação da Organização da União Africana (OUA), entre os dias 22 e 25 de 1963, na cidade de Addis Abeba, Etiópia (Santana, 2009, p.68), data que se tornou referência para a celebração do Dia da África .

No início, o foco da OUA era a gestão de políticas independentistas no continente. Esta organização definiu uma série de resoluções de apoio à descolonização e independência dos países africanos durante a sua primeira conferência. Entre eles, o rompimento dos laços diplomáticos e econômicos entre as nações africanas e Portugal e um dos países do continente, a África do Sul, devido à oposição deste último no que se refere ao processo de descolonização e ao regime do apartheid, bem como a estabelecimento de um Comitê de Libertação Africana com o objetivo de sustentar a luta armada pela independência (Santana, 2009, p. 68).

Na luta pelas independências de países africanos participaram homens e mulheres sendo que as mulheres desempenharam papéis importantes como médicas, guerrilheiras,

3 O pan-africanismo é uma doutrina que propõe a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional.

cozinheiras, educadoras e entre outras funções. Segundo Batsikama em seu artigo intitulado “A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação” afirma que as mulheres africanas na luta pela independência da África foram verdadeiras herdeiras sociais de um heroísmo feminino, argumentando que elas pegaram nas armas na elaboração de estratégias e na vida civil para alcançar a libertação da África (Batsikama, 2016, p.74).

Para a moçambicana Isabel Casimiro (2014, p.185), a luta pela afirmação da mulher tornou-se visível ao longo da luta armada, momento em que também foi possível iniciar a desconstrução de formas anteriores de coisificação e “promoção” da mulher, dando os primeiros passos na relação social de género baseadas na igualdade e equidade de direitos e deveres. Nesse viés, mulheres e homens foram agentes transformadoras e responsáveis pela transformação, iniciando a reconstrução de uma sociedade nova ou um homem novo, como apontava Amílcar Cabral (2013).

Cassimiro ainda afirma que a luta armada demonstrou que um dos principais indicadores dos avanços e revezes da revolução estava intrinsecamente ligado ao processo de libertação da mulher. Ressalta que as mulheres usavam as mudanças ideológicas de género, que faziam parte durante a luta, com a finalidade de renegociar as relações e os papéis na esfera doméstica (Casimiro, 2014, p.185)

A participação das mulheres africanas na luta armada, marca a primeira onda das lutas pela emancipação das mulheres africanas, uma vez que a imposição colonial e o projeto de aculturação mudaram a forma de organização de sociedades africanas, como podemos ver no trecho abaixo:

Os movimentos de mulheres africanas precisam ser analisados a partir de outra concepção de poder, na medida em que tradicionalmente elas possuíam organizações autônomas e sistema de autogoverno, que necessariamente não dependiam do Estado para que se efetivassem ou mesmo organizassem na vida na comunidade. A luta das mulheres girava em torno da preservação destas instituições. No entanto, a imposição do regime colonial e a atividade missionária, paulatinamente, foram modificando as estruturas familiares existentes, reduzindo a autonomia e a mobilidade dos grupos domésticos (REIS, 2018, p.971)

Percebe-se que a forma de organização de sociedade africanas foram modificadas pelo sistema colonial, impactando na organização do sistema familiar. Se as mulheres estava

na sociedade pré-colonial nos lugares de poder, o novo modelo colocava as mulheres na vida privada ou no espaço doméstico. Por isso, foi de grande importância a participação das mulheres na luta de libertação, sendo um momento de afirmação para elas.

De acordo com Reis (2018), a presença ativa das mulheres desencadeou a formação de associações e grupos femininos dentro dos movimentos de libertação em várias nações, com o propósito de destacar as batalhas relacionadas à igualdade de gênero e conscientizar sobre as dinâmicas sociais e de poder que existem entre homens e mulheres (Reis, 2018, p. 974).

3.1 Mulheres guineenses na luta de libertação nacional

Tratar das mulheres guineenses na luta de libertação da Guiné é de extrema importância para o entendimento de como ocorreu o processo de inserção das mulheres em uma nova configuração de Estado-nação após a invasão colonial. No entanto, existe uma dificuldade, uma vez que há poucos trabalhos acadêmicos que abordam a participação das mulheres guineenses nessa luta. A principal referência nesse subcapítulo são os trabalhos da proeminente acadêmica guineense Patrícia Godinho Gomes, que tem se dedicado a essa temática.

Segundo a historiadora guineense Gomes (2015), a batalha pela libertação trouxe mudanças significativas ao sistema educacional da época colonial. Ela observa que centenas de crianças, independentemente do sexo, receberam educação, considerando os conhecimentos locais. Além disso, as mulheres desempenharam um papel ativo na implementação de programas educacionais, atuando como professoras e instrutoras, embora suas responsabilidades tenham sido, em grande parte, restritas às áreas tradicionalmente consideradas "femininas", como educação, saúde, transporte e preparação de alimentos (Gomes, 2015, p. 174).

A autora também enfatiza que o movimento de libertação nacional sustentou a compreensão da importância da contribuição das mulheres na luta pela independência como um pilar fundamental para a emancipação da sociedade, o que se tornou um dos princípios fundamentais da ideologia da libertação. A autora firma o seguinte:

Num relatório do PAIGC, de 1970, sobre a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo-FARP¹⁷, refere-se que “As FARP são os homens e as mulheres da Guiné e Cabo Verde, militantes ou não do PAIGC que, de armas na mão e devidamente organizados, lutam pela libertação total da nossa terra africana [...]”. Dentro da perspectiva de fortalecer o elemento feminino, as milícias constituíram um importante mecanismo de emancipação e de ascensão social. Muitas mulheres foram formadas e exerceram funções nas milícias, e quando elas evoluíram para as Forças Armadas Locais (FAL) e integradas nas FARP, elas passaram a cumprir missões de guerra (Gomes, 2015, p. 175).

Conforme apontado por Gomes, as mulheres inicialmente eram restritas a tarefas tradicionalmente consideradas femininas. Entretanto, podemos observar que esse argumento era mais relevante no início do conflito armado na Guiné-Bissau. Uma vez que a luta perdurou por 11 anos, tornou-se evidente que, no auge da luta, a dedicação das mulheres em prol da emancipação de sua pátria mostrou que era necessário incorporá-las às forças armadas. Isso envolveu um processo de treinamento para que pudessem participar posteriormente de missões de combate.

É importante ressaltar que a presença das mulheres nas forças armadas desafiou o estereótipo de “sexo frágil” e demonstrou que as mulheres são capazes de desempenhar qualquer função, desde que lhes seja oferecida a oportunidade adequada. Nesse sentido, Amílcar Cabral, considerado o “pai” da nação guineense sempre se preocupou com a participação das mulheres na luta, mas alguns camaradas não compreendiam como podemos constatar na seguinte citação de Cabral:

É preciso realismo, considerar a realidade concreta. Mesmo na questão de certas coisas que estão a avançar aos poucos. No começo, os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçámos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade, não só da realidade geral da nossa terra, mas das realidades particulares de cada coisa, para podermos orientar a luta corretamente. Os responsáveis ou dirigentes que têm esse sentido da realidade em consideração, que não pensam que a verdade é aquilo que têm na cabeça, mas que a verdade é aquilo que está fora da sua cabeça, só esses é que podem orientar bem o seu trabalho de militantes, de responsáveis, numa luta como a nossa. Infelizmente, devemos reconhecer que muitos camaradas tomaram responsabilidades nesta luta sem considerar esse factor, embora nós sempre tenhamos dito isso (Cabral, 1976, p. 42)

Segundo Iadira Impamta (2020), em sua dissertação de mestrado intitulada “Mulheres da UDEMU e experiências de vida: da luta de libertação à participação política”, durante uma de suas entrevistas com Teodora Inácia Gomes, uma heroína da luta pela liberdade em sua pátria Guiné-Bissau, a seguinte afirmação foi feita: “Amílcar Cabral costumava dizer: ‘Eduque uma mulher e, em seguida, coloque-a para trabalhar; não olhe para o género,

mas sim para sua capacidade. Cabral compreendia a importância da participação das mulheres na luta, o que indica que ele estava ciente das desigualdades de gênero existentes na sociedade. Também durante a luta pela libertação nacional, surgiu a primeira organização das mulheres guineenses, como podemos constatar na seguinte citação de Iadira Impanta:

A União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde, foi fundada em 18 de julho de 1961 em Conakry (República da Guiné), antes do início da luta armada, por mulheres como Francisca Pereira, Cati Turpin, Isabel Leal, Lilica Boal, e Jean Martin Cissé (Guiné- Conakry), e Amílcar Lopes Cabral, um dos fundadores do PAIGC, que redigiu manualmente o primeiro estatuto da organização, regida por princípio do centralismo democrático, ou seja, as líderes são responsáveis pelas decisões. (Impanta, 2020,p.30)

A citação destaca a fundação da União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde em 1961, antes do início da luta armada pela independência. É interessante notar que essa organização foi fundada por mulheres notáveis, como Francisca Pereira, Cati Turpin, Isabel Leal, Lilica Boal e Jean Martin Cissé, juntamente com Amílcar Lopes Cabral, uma figura proeminente na luta pela independência e um dos fundadores do PAIGC (partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde).

A menção de que Amílcar Cabral redigiu manualmente o primeiro estatuto da organização é significativa, pois demonstra seu comprometimento com a igualdade de gênero e a participação ativa das mulheres na luta pela independência. Além disso, o fato de a organização ser regida pelo princípio do centralismo democrático, onde as líderes são responsáveis pelas decisões, indica um modelo de governança inclusivo e participativo.

Essa citação ilustra como as mulheres desempenharam um papel crucial na luta pela independência da Guiné e Cabo Verde e como líderes como Amílcar Cabral reconheceram a importância de sua contribuição. Também destaca a relevância das organizações femininas na promoção da igualdade de gênero e na busca por direitos e oportunidades para as mulheres em um contexto de luta pela liberdade e emancipação nacional. A figura a seguir ilustra a participação de Cabral na formação guerrilheiras.

Figura 3: Mulheres guerrilheira e Amílcar Cabral



Fonte: Afrolis, 2023

Patrícia Gomes (2016) aborda aspetos cruciais relacionados à União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde (UDEMU) e sua trajetória na luta pela independência. A autora destaca que a organização enfrentou desafios significativos que acabaram enfraquecendo sua atuação como movimento político e levando ao seu desaparecimento em 1966. Primeiramente, o fato de a UDEMU ter sido criada em Conacri, na vizinha da República da Guiné-Bissau, longe das áreas liberadas onde a população e os combatentes estavam construindo uma nova sociedade, criou uma desconexão entre a organização e as realidades locais. Isso pode ter dificultado sua capacidade de estar diretamente envolvida na construção das bases para a nova sociedade.

Além disso, a organização não conseguiu incluir inicialmente uma parte significativa das mulheres guineenses que estavam ativamente envolvidas nas diversas atividades das frentes de combate. Isso sugere uma falta de representatividade e conexão com as mulheres que desempenhavam papéis importantes na luta pela independência.

Outro ponto importante mencionado é que a UDEMU, em sua fase inicial, se concentrou principalmente em angariar recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento da luta armada, em vez de se engajar ativamente nas lutas feministas. Isso pode ter contribuído para uma falta de identificação das mulheres com a organização, já que não estava atendendo às suas necessidades específicas na organização feminina.

Em última análise, esses fatores de fragilização e fragmentação mencionados por Patrícia Gomes tiveram um impacto negativo na UDEMU como movimento político, levando ao seu desaparecimento em 1966. Essa análise destaca a complexidade das dinâmicas sociais e políticas durante o período de luta pela independência e como a eficácia das organizações depende da sua capacidade de se adaptar às necessidades e

realidades locais, como podemos constatar na seguinte citação de Patricia Gomes:

Boa parte das mulheres, sobretudo as que se encontravam estabelecidas nas mais remotas comunidades rurais, acabariam por ficar à margem da organização feminina do PAIGC, a mesma que supostamente tinha sido criada para responder aos seus anseios, mas fundamentalmente formada por jovens filhas de exilados de guerra na vizinha Guiné Conacri que, em boa parte dos casos, nunca tinham pisado em solo guineense (Gomes, 2016, p.128)

A citação de Gomes enfatiza uma situação complexa na qual muitas mulheres, especialmente aquelas que viviam nas áreas rurais mais remotas da Guiné, acabaram sendo deixadas à margem da organização feminina do PAIGC (partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Esse quadro se tornará mais visível com a formação do novo Estado independente, no qual muitas mulheres ficarão para trás na participação política, mesmo tendo lutado arduamente pela emancipação do povo guineense. Pode-se dizer também que dentro da luta das mulheres existe uma luta de classes, visto que as mulheres que permaneceram invisíveis e não são mencionadas como heroínas, conforme mencionado por Patricia Gomes, são em sua maioria mulheres das zonas rurais. Daí a importância do debate sobre diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam, incluindo as implicações locais, níveis de escolaridade e a persistência do sistema patriarcal, que se manifesta de diferentes maneiras.

Guiné-Bissau tornou-se um estado independente em 24 de setembro de 1973, com a reconstrução de um novo Estado. As mulheres, inicialmente, conquistaram posições de destaque; no entanto, o caminho em direção à igualdade entre mulheres e homens ainda estava longe de ser alcançado. De acordo com a Gomes:

Em 1975, no contexto de Estado independente, a condição das mulheres guineenses caracterizava-se essencialmente por uma notável desomogeneidade. Não obstante os importantes resultados alcançados durante a luta de libertação, o nível de transformação social verificado foi fundamentalmente desigual nas diferentes regiões do país. Ainda menos o fato dessas regiões terem sido formalmente “libertadas” das garras do colonialismo pressupôs a eliminação das práticas coloniais perpetuadas. Assim, por exemplo, paralelamente a situações em que as mulheres assumiam posições de destaque a vários níveis no aparelho estatal. (Gomes, 2016, p. 129)

De acordo com Patrícia Gomes (2015), a primeira metade dos anos 1980 marcou um período significativo na história da organização feminina guineense, que havia sido reconstituída após dezesseis anos de inatividade. Esse renascimento foi evidenciado durante o I Congresso da União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau (UDEMU)

realizado em 1982. Durante esse evento, as delegadas ao Congresso apresentaram documentos e relatórios que abordaram temas de extrema relevância para o entendimento da história das mulheres guineenses, sob a perspectiva das próprias guineenses.

Dentre os temas discutidos, destacavam-se: a situação das mulheres no contexto colonial, que lançou luz sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante o domínio colonial; a condição feminina nas sociedades "tradicionais", explorando as dinâmicas de gênero em contextos culturais anteriores à independência; as relações de gênero, especialmente no que diz respeito às autoridades políticas e religiosas, revelando como as mulheres interagiam com essas instituições; a posição das mulheres nas estruturas sociais, examinando o papel e a influência das mulheres em diferentes esferas da sociedade; a organização das zonas libertadas e a criação das bases das estruturas do novo Estado, fornecendo insights sobre o envolvimento das mulheres na luta pela independência; e, por fim, o processo de emancipação, um tema central que permeou todas as discussões, evidenciando o desejo e os esforços das mulheres guineenses para conquistar uma posição igualitária na sociedade.

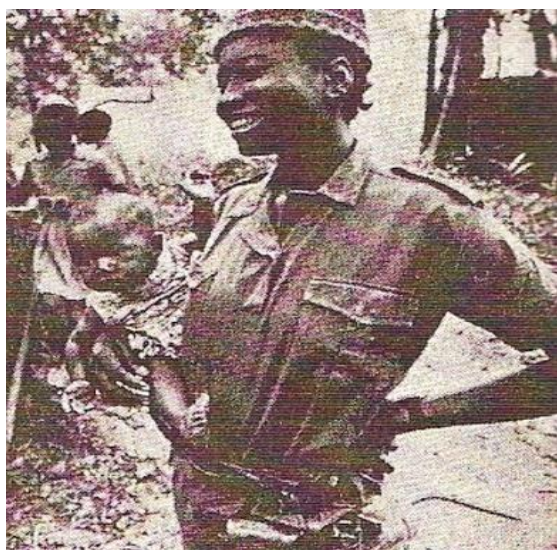
O I Congresso da UDEMU representou um marco importante na história das mulheres guineenses, pois trouxe à tona questões essenciais e promoveu debates abertos sobre as experiências, desafios e aspirações das mulheres, contribuindo para a construção de uma narrativa mais completa da história do país a partir de uma perspectiva de gênero.

Gomes (2015) acrescenta ainda que no II Congresso, em 1988, foram abordados tópicos relacionados à participação política das mulheres no recém-formado Estado, incluindo questões como sua formação política e ideológica, a transformação das relações sociais, a relação entre discurso e prática, e os desafios enfrentados durante o processo de emancipação. Além disso, foram discutidos temas relacionados à família, como as leis, costumes e tradições, a coabitação, o casamento tradicional, a educação e os problemas no sistema educacional. O desenvolvimento e o papel das mulheres em diversas esferas sociais também foram abordados, incluindo seu papel crucial na agricultura e na produção de alimentos, a divisão do trabalho em diferentes contextos étnicos e as contradições no sistema produtivo em relação às mulheres, especialmente na produção artesanal. A saúde das

mulheres também foi tema de discussão, incluindo seu papel como educadoras na comunidade, os programas governamentais de atenção primária à saúde, questões como casamentos precoces e práticas de mutilação genital feminina, a mortalidade materno-infantil e o planejamento familiar.

Como observamos durante a abordagem dessas questões, as mulheres guineenses não apenas lutavam pela libertação do jugo colonial, mas também pela sua afirmação dentro da sociedade. Algumas conseguiram se manter ao lado dos homens, mas nem todas tiveram sucesso. Algumas mulheres ficaram para trás. Após analisar as contribuições das mulheres cabo-verdianas, iremos nos aprofundar sobre as mulheres em cargos políticos de destaque e os desafios enfrentados pelas mulheres na política em Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Figura 5: Ernestina Silá (conhecida como Titina Silá)



Fonte: Por dentro da África, 2017

3.2 Mulheres cabo-verdianas na luta de libertação nacional

No caso de Cabo Verde, uma nação cuja história de emancipação está entrelaçada com o contexto da Guiné-Bissau, as mulheres têm experimentado ao longo do pós-independência uma participação política significativamente mais pronunciada. Reis (2018) acrescenta ainda que desde o período colonial, é possível identificar iniciativas

femininas significativas que surgiram como resposta ao colonialismo, como, por exemplo, a Revolta de Ribeirão Manuel em 1910, ocorrida na região de Assomada, no interior da Ilha de Santiago. Esse movimento foi liderado por mulheres que estavam insatisfeitas com as imposições do governo português, em particular com a falta de permissão para colher os frutos da pulgueira que elas próprias cultivavam. Ana Veiga se destacou por assumir um papel importante nesse movimento e por trazer à tona o que posteriormente seria reconhecido como uma consciência nacional independentista.

Coutinho (2021) destaca-se o papel fundamental desempenhado pelas mulheres cabo-verdianas na luta de guerrilha e no movimento independentista liderado pelo PAIGC (partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Enquanto a participação das mulheres guineenses na guerrilha é descrita como massiva, o contributo das mulheres cabo-verdianas muitas vezes passa despercebido. No entanto, alguns nomes notáveis emergem, como Maria da Luz Boal (conhecida como Lilica Boal), uma professora de História que foi diretora da Escola-Piloto em Conakry, e Dulce Almada, que representou o PAIGC na Assembleia-Geral das Nações Unidas em Rabat, em 1962, onde denunciou abertamente o colonialismo português. Além disso, Josefina Chantre é mencionada como outra figura relevante, que se juntou à guerrilha na Guiné-Bissau na década de 1970. Essas mulheres desempenharam papéis cruciais na luta pela independência dessas nações, apesar de muitas vezes não receberem o devido reconhecimento (Coutinho, 2021).

A escritora continua mostrando que no Arquivo Amílcar Cabral, que é reconhecido por conter a maior coleção de documentos relacionados ao PAIGC (partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), foi possível fazer descobertas significativas em relação à participação de diversas outras mulheres cabo-verdianas na luta pela independência. Essas descobertas incluem uma variedade de materiais, como fotografias, cartas e atas de reuniões, que documentam o envolvimento dessas mulheres na causa independentista, bem como sua representação em conferências internacionais em nome do partido.

Ainda Coutinho (2021) afirma que os registos indicam que foram identificadas 57 mulheres cabo-verdianas ou descendentes de cabo-verdianos que oficialmente se envolveram em células clandestinas do PAIGC, seja em Cabo Verde, na Europa, no

território de guerrilha da Guiné-Bissau ou na sede do partido em Conakry. Além disso, essas mulheres desempenharam papéis importantes nas representações do PAIGC em diversos países. Essas descobertas revelam o comprometimento e a contribuição substancial das mulheres cabo-verdianas para a luta pela independência de suas nações, um aspecto muitas vezes subestimado ou esquecido da história.

Figura 7: Mulheres cabo-verdianas na luta armada



Fonte: Criolas, 2018

Ao abordar a luta das mulheres cabo-verdianas pela independência, destacamos quatro mulheres que dedicaram suas vidas à liberdade de seu povo: Elizabeth Reis, Ana Maria, Maria Ilídia e Josefina. No entanto, elas não estão sozinhas nessa luta. Existem várias outras mulheres que ficaram à margem, mas que também derramaram sangue.

Elizabete Reis, natural de Santa Catarina, Santiago, estudou em Portugal e mais tarde recebeu um convite da sua prima para ir para a França, onde conheceu Pedro Pires. Após encontrar-se com Pedro Pires em Paris, em 1967, Elizabete adentrou na luta e assumiu diversas responsabilidades, incluindo o papel de mensageira. No ano seguinte, em meio às revoltas estudantis e ao fechamento das escolas, foi encarregada de uma missão crucial: viajar a Portugal para entregar correspondência e instruções do secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral. Nessa missão, ela precisava entrar em contato com várias pessoas, cujos nomes de guerra eram os únicos que conhecia. Após retornar, dirigiu-se a Conacri para

relatar seu progresso e aprofundar seu entendimento sobre a realidade da luta na Guiné. Só então voltou a Paris para continuar seu trabalho. Mas ela queria ficar em Conakry, como pode ser visto a seguir:

Na Europa, sonhava seguir para Conakry. Esteve lá algum tempo, mas a direcção do partido achou que o trabalho mais importante seria em Paris, onde teria a possibilidade de encontrar gente, realizar missões de contato, fornecer informações, transmitir orientações da direcção e mandar para Portugal o que havia para mandar, porque esses estudantes que estavam em Portugal é que depois estabeleciam a ligação com Cabo Verde. (Jorge, 2015)

Ela também participou da última missão com Amílcar Cabral, em Argel, alguns meses antes da sua morte. De acordo com Elizabete “Conheci grandes vultos, homens e mulheres, todos jovens na altura, e ficaram amizades muito boas. As mulheres abraçaram a luta em várias frentes, na luta armada, ligadas à saúde, ao ensino, nas reuniões nas Tabancas. Tivemos um papel importante junto dos homens” (Jorge, 2015).

Ana Maria Cabral, nascida na Guiné-Bissau, emigrou muito jovem com sua família para Luanda, Angola, onde frequentava uma escola portuguesa. Era raro encontrar alunos africanos na escola.

De acordo com Ana “Em Angola o racismo era tremendo, muito mais do que na Guiné-Bissau. Como o meu pai era médico, permitiram que os filhos frequentassem as escolas dos portugueses. A partir do momento em que uma pessoa tinha um curso superior deixava de ser preto e passava a ser branco, essas contradições do colonialismo” (Jorge, 2015).

Em 1955, durante seus estudos em Portugal, Ana Maria ouviu falar do PAIGC. Sendo já anticolonialista, expressou seu desejo de se juntar ao partido para contribuir com a causa da libertação. Foi nesse período em Portugal que ela teve a oportunidade de conhecer Amílcar Cabral. Após seus estudos na Checoslováquia, ela assumiu um cargo em uma escola piloto em Conakri, dedicada a receber os filhos dos combatentes e órfãos de guerra. Entretanto, Tinham de fazer tudo e era um ensino intensivo, uma vez que os alunos não podiam permanecer por longos períodos na escola. De acordo com Ana “Procurávamos um certo equilíbrio, porque eramos acima de tudo anticolonialistas, nacionalistas no bom sentido, queríamos o melhor para a nossa terra, melhor educação, melhor saúde, tudo. Cabral dizia que o povo não lutava por ideias, lutava para ter uma boa casa, boa saúde,

poder criar os filhos. O nosso trabalho foi sobretudo esse”.

Com poucas mulheres guerrilheiras na altura, o que mostra desequilíbrio do género, para Cabral o essencial na luta de libertação era que deveria incluir todas as pessoas e todos deveriam estar unidos. “Passámos a ser uma espécie de milicianas”, recorda Ana Maria Cabral, “aprendemos a manejar armas, mas era só para uma emergência. Noutros países fizeram-se destacamentos femininos, como na FRELIMO, mas aqui, uma questão de mentalidade não o permitiu. Eram países muito atrasados”. A análise deste depoimento revela que na altura os homens não queriam elas como guerrilheiras, portanto, a luta das mulheres era dupla: lutar contra os invasores portugueses e também pela emancipação das mulheres na esfera pública, uma vez que elas estava sendo afetadas por ambas opressões.

Maria Ilídia, nascida na Boa Vista e criada no Sal, vivencia as disparidades criadas pelo colonialismo durante sua juventude na ilha, marcada pela presença de tropas portuguesas durante a Segunda Guerra Mundial e a segregação entre soldados brancos e cabo-verdianos, além de testemunhar a prisão de seu pai. Confrontada com a segregação racial nas praias e o clima de tensão social, desperta para a injustiça política, aderindo posteriormente à luta de libertação em Cabo Verde. Envolvida no movimento de independência, enfrenta obstáculos, como a tentativa de exclusão por seus colegas homens, até que, com a intervenção de Amílcar Cabral, é reconhecida e autorizada a participar ativamente, desafiando os preconceitos de género e contribuindo para a causa emancipacionista. Podemos constatar no trecho a seguir:

“Sofri discriminação desde que quis participar na luta até agora. A participação foi apagada. Não gosto de mandar reparos. Mas, a verdade é que todos foram recebendo patentes, sem nenhuma restrição, mas eu tive restrições. Até que alguém disse que não podia ser e deram-me a patente de capitão, mas foi quase como um favor”. (Jorge, 2015)

A fala da Maria expõe claramente o sexismo que apagava as mulheres nesse processo, por isso que após a guerra poucos relatos falavam da participação das mulheres e da sua valentia. Ser mulher guerrilheira não foi fácil, ela tinha que comprovar que podia fazer o mesmo trabalho que os homens.

Em Cuba não tem direito a quaisquer privilégios por ser mulher. Corre montanha abaixo e montanha acima, carregada

com a mochila e a arma. Treina como os outros, dispara. A mulher que os homens não queriam ao lado passa a ser um exemplo para os companheiros, muitos, cansados, não têm coragem para desistir quando vêem a camarada lá na frente a correr. Além do treino militar, passa as noites na urgência do hospital, a ser preparada nas artes médicas. (Jorge, 2025, p.2)

O desembarque planejado em Cabo Verde não se concretiza, levando todos os envolvidos a seguirem para a União Soviética, onde os homens se juntam à marinha e Maria Ilídia inicia sua formação como auxiliar de enfermagem. Posteriormente, é enviada para a Guiné, onde desempenha um papel crucial na preparação de salas de operações para os feridos de guerra. Sob os planos de Cabral, ela é encaminhada para a Alemanha para receber treinamento como parteira, um papel vital na visão do líder como parte da guerra contra a mortalidade materna. Apesar de relutante inicialmente, ela cumpre suas ordens. Enquanto está na Alemanha, recebe a notícia do assassinato de Cabral, mergulhando em depressão, mas encontra apoio dos alemães, que a ajudam a se recuperar e continuar sua formação. (Jorge, 2015, p.4)

A Josefina Chantre passou a infância No Paúl, Santo Antão, e durante seus estudos em Portugal, não experimenta discriminação. No entanto, é em Angola, onde ele vai trabalhar, que sua consciência política se desenvolve. Nos musseques⁴ de Luanda, ela testemunha uma grande disparidade e falta de condições de vida dignas para as populações locais. Ao se aventurar pelo interior de Angola em 1962, suas percepções políticas amadurecem à medida que ele testemunha desigualdades cada vez mais evidentes. Ao retornar a Portugal após quatro anos, ela se envolve com outros estudantes em Lisboa, onde os ventos do pan-africanismos começam a soprar e as aspirações de independência das colônias se tornam mais palpáveis.

Ao chegar a Conakry, Cabral propõe a Josefina que dê aulas, mas ela recusa, não tendo interesse em ensinar. No entanto, ela acaba aceitando trabalhar com Cabral no secretariado, cuja primeira responsabilidade é atualizar o jornal Libertação. Mais tarde, ela também começa a apresentar programas de rádio em crioulo do Barlavento, direcionados a Cabo Verde. “Era fundamental dizer aquilo que se fazia no terreno. Cabral sempre

⁴ Em Angola, os musseques são bairros informais localizados maioritariamente em áreas peri-urbanas da capital, e fisicamente representam a segregação social no tecido urbano das cidades. Os musseques correspondem aos “caniços” em Moçambique, às favelas ou comunidades no Brasil e aos slums na África do Sul e na Índia.

privilegiou a divulgação da nossa luta, porque dizia que não se podia trabalhar e não divulgar”. (Jorge, 2015) Após o assassinato de Cabral, Josefina Chantre retorna à Argélia, onde ela era responsável por receber os comunicados de guerra. Apesar do profundo pesar pela perda do líder da luta armada, o recebimento das notícias sobre os abates dos aviões servia como um alívio para a tristeza que sentia. “Foi a única maneira de obrigarmos os colonialistas a sentarem-se à mesa”.

Essas mulheres fizeram história e contribuíram em diferentes áreas na luta. Elas estavam dispostas a dar suas vidas pela causa, apesar de enfrentarem vários obstáculos para ingressar. Entendiam que a liberdade das amarras das opressões exigia sacrifícios.

Ao fazer referência à organização das mulheres cabo-verdianas durante a luta armada, Andreia Carvalho (2015) firma que o movimento feminista em Cabo Verde encontra um de seus marcos mais significativos na luta pela independência do país. Durante as décadas de 1970, em um momento crucial da luta pela independência, um grupo de mulheres se reuniu em 1974 com o propósito de se envolver ativamente nas preparações para a independência de Cabo Verde. Ainda Andreia Carvalho (2015) ressalta que no ano seguinte, em 1975, esse grupo se formalizou ao estabelecer um Núcleo, com o objetivo de criar uma organização de mulheres mais abrangente.

Como resultado desses esforços, em 1978, foi fundada a Comissão Nacional de Organização da Mulher Cabo-Verdiana (CNOMCV), comissão que desempenhou um papel crucial na promoção dos direitos e interesses das mulheres em Cabo Verde. Posteriormente, a CNOMCV passou por transformações e evoluções, culminando na formação da Organização da Mulher Cabo-Verdiana (OMCV) que continuou a ser uma voz importante na luta pelos direitos das mulheres e na promoção da igualdade de género em Cabo Verde. Esse processo demonstra a interconexão entre a luta pela independência e o desenvolvimento do movimento feminista em Cabo Verde (Andreia Carvalho, 2015, p 143).

3.3 Participação e Representação Das Mulheres Nas Sociedades Guiné-Bissau e Cabo Verde

A luta pela igualdade e equidade de género entre homens e mulheres teve grandes

vitórias, mas ainda falta muito para se conquistar, especialmente quando se trata de mulheres em cargos de destaque, os obstáculos são ainda maiores e o caminho é muito longo. Sendo assim, nesta seção, vamos observar os lugares que as mulheres estão ocupando desde as primeiras eleições ou a abertura democrática na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

No contexto da Guiné-Bissau

A participação das mulheres guineenses na política ainda é tímida, ou seja, a política ainda é dominada pelos homens, enquanto as mulheres maioritariamente ocupam espaços considerados informais. De acordo com Márcia Assunção, existem quatro fatores que impedem as mulheres guineenses de participar ativamente na política, como podemos observar no trecho a seguir:

Estes excertos de entrevistas demonstram que existem quatro principais fatores que condicionam a participação política das mulheres e consequentemente a sua representação nos órgãos de decisão política. O primeiro, as práticas tradicionais e culturais como o casamento forçado e precoce, a mutilação genital, que condicionam a mulher a uma posição de subalternização na sociedade. Segundo, o baixo nível de educação das mulheres, que resulta da desigualdade de acesso à educação entre rapazes e raparigas. Terceiro, a falta de capacidade financeira e a disponibilidade das mulheres para sustentar uma campanha política, dado que elas são as principais provedoras da sua família. E a instabilidade política em que o país vive há vários anos, que impede a devida implementação de políticas de género (Assunção, 2018, p. 41).

No geral, o trecho oferece uma análise abrangente e fundamentada dos desafios que as mulheres guineenses enfrentam ao tentar participar ativamente na política. Além disso, destaca a necessidade de abordar esses fatores para promover uma maior igualdade e equidade de género e representação das mulheres nos órgãos de decisão política. Considerando a educação da população ativa por género, observa-se que a maioria dos homens concluiu o ensino primário (53,5%), enquanto 43,4% das mulheres o fizeram. Além disso, as mulheres têm a menor taxa de frequência escolar, com 51,3% da população sem nenhum nível de escolaridade (INE, 2023).

Nos níveis de ensino secundário e superior, há uma discrepância notável entre homens e mulheres, com os homens representando 8,1% e 1,6%, respetivamente, em comparação com os números inferiores de mulheres, que são de 4,4% e 0,9% (INE, 2023) Ainda, os dados indicam que as mulheres são as que mais abandonam o sistema

educacional e de formação, representando 6,09% em comparação com os 5,77% dos homens.

Portanto, os dados revelam disparidades significativas na distribuição da educação por gênero, com os homens tendo uma presença mais forte nos níveis mais elevados de instrução, enquanto as mulheres enfrentam desafios significativos, especialmente no acesso ao ensino superior. Essas disparidades destacam a ausência das mulheres na política e diplomacia.

Quando observamos a área económica, segundo Intumbo (2021), as mulheres têm uma presença crucial tanto no setor primário quanto no secundário da economia, sendo responsáveis por 55% da produção agrícola na Guiné-Bissau. Além disso, desempenham um papel vital na economia informal, principalmente por meio do comércio de pequena escala. Por meio de seu trabalho árduo e habilidades, as mulheres asseguram que suas famílias, especialmente seus filhos, tenham acesso à educação, alimentação, cuidados de saúde e vestuário.

De acordo com a Assunção (2018), na Guiné-Bissau, a promoção da igualdade de participação e direitos entre mulheres e homens foi um elemento central na mobilização durante a luta pela independência nacional. No entanto, após a conquista da independência, houve uma ruptura em relação aos avanços alcançados durante esse período de luta. Com a conquista da independência em 1973, o país iniciou o regime de partido único, que se estendeu de 1973 até 1994, ou seja, um regime monopartidário, no qual o partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ocupava uma posição central no sistema partidário. Apesar do monopartidarismo, o país realizou quatro eleições durante esse período.

Quadro 1: Participação das mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP) no período de 1973-1994

Regime	Legislatura	Homens	Mulheres	Total	Mulheres %
Monopartidarismo	I (1973-1976)	110	10	120	8.3
	II (1976-1984)	131	19	150	12.6
	III (1984-1989)	128	22	150	14.6

	IV (1988-1994)	120	30	150	20
--	-------------------	-----	----	-----	----

Fonte: Assembleia Nacional Popular (ANP), 2023.

Observando a tabela acima, percebe-se que, mesmo estando ao lado dos homens na luta, o quadro apresenta a sub-representação das mulheres na instância superior de representação política de 1973 até 1976. Houve apenas a presença de 10 mulheres na Assembleia Nacional Popular, em um universo de 110 parlamentares homens. Onde estavam as mulheres que lutaram pela liberdade da pátria? Fica evidente a dominação masculina no cenário político, que coloca as mulheres em uma posição de subalternidade.

Nos últimos anos do regime monopartidário, houve uma maior representação de mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP), com 20% dos parlamentares, como pode ser observado acima. Até o momento presente, não conseguimos atingir essa mesma porcentagem novamente. Em 1994, a Guiné-Bissau realizou suas primeiras eleições multipartidárias, marcando a transição do país para a democracia. Abaixo, podemos observar a porcentagem de mulheres envolvidas neste processo democrático.

Quadro 2: Mulheres nos órgãos de tomada de decisões na transição democrática

Regime	Legislatura	Homens	Mulheres	Total	Mulheres %
Multipartidarismo	V 1994-1999	91	9	100	9,8
	VI 1999-2004	95	7	102	7,8
	VII 2004-2008	87	13	100	11
	VIII 2008-2012	90	10	100	10
	IX 2019	98	14	102	13,7
	X 2023	72	10	102	10,2

Fonte: Assembleia Nacional Popular (ANP), 2023.

A ideia de participação política é incrivelmente intrincada, já que abrange uma variedade de estruturas, práticas, atividades e indivíduos que buscam influenciar seus interesses por meio de processos políticos. Dentro do contexto de um sistema político

democrático representativo, a participação política visa principalmente os espaços de tomada de decisões políticas, que nem sempre são inclusivos ou satisfatórios. Esses espaços muitas vezes são dominados por partidos políticos, o que distorce a compreensão do conceito de poder, desviando-o de sua essência de reciprocidade nas relações humanas.

Para Barros e Semedo (2013), a participação política de mulheres na Guiné-Bissau deve ser percebida a partir da trivialidade conceitual, isto é, consciência, percepções e participação atrelados a dimensão social da condição da vida observando os direitos humanos, sobretudo àqueles que garantem os direitos fundamentais da normatividade legislativa. Por isso, os autores apontam que:

Consciência, percepções, participação são conceitos que, ligados à prática política das mulheres na Guiné-Bissau, nos conduzem ao cotidiano dos sujeitos de direitos mulheres e homens, pois é no convívio diário que os conflitos, as tensões, as liberdades e o impedimento de viver as liberdades individuais são expressas nas suas mais diversas formas; é também no cotidiano que surgem as tentativas de resolução de conflitos reinventados sob várias roupagens (Barros; Semedo, 2013, p. 24).

O cotidiano das mulheres guineenses é apresentado aqui como sendo subversivos no que diz respeito aos seus direitos políticos. Em outras palavras, existe um entendimento de que, o processo da vida em sociedade politicamente organizada, caracteriza-se pelos vários níveis de enfrentamentos nos quais determinam quem pode e não participar dos processos políticos, mormente aqueles relativamente à tomada de decisão.

Dentro desse quadro, Barros e Semedo (2013), chamam atenção quando se referem sobre a participação política das mulheres no período das lutas coloniais, ou seja, no pós-independência da Guiné-Bissau. Para estes autores, existiu um equilíbrio relativamente à participação política entre mulheres e homens. Neste sentido, o protagonismo de então líder político e “fundador da Nação guineense” Amílcar Cabral foi fundamental para este processo de conscientização a cerca participação da mulher nos processos políticos. Nesta linha de pensamento, apontam que:

Amílcar Cabral conseguiu a proeza de uma participação equilibrada de homens e mulheres, que se reconhecia em ações concretas como a distribuição de tarefas e responsabilidades aos militantes de ambos os sexos: Comissários e Comissárias políticas, Comitês de tabanca compostos por homens e mulheres, Conselho Superior de Luta, Comité Executivo de Luta, Bureau Político que contavam com homens e mulheres, e em que as mulheres participavam na tomada de decisões. Pode-se afirmar que Cabral despertou a consciência política das mulheres, ação que foi sendo consolidada através da formação de mulheres e homens – na escola do Partido e no exterior –, tanto no âmbito

político ideológico quanto nas vertentes profissionais (Barros; Semedo, 2013, p. 26).

Já quando se observa a contemporaneidade guineense, é inevitável afirmar que essa motivação de participação feminina na política é ínfima ou quase não existe tal como foi apontado no início desta seção. Ainda nas palavras de Barros e Semedo (2013, p. 26), compreende-se o seguinte:

Em relação às opiniões das mulheres que participaram no Ciclo de Formação, elas falaram da reduzida participação das mulheres na política e nas esferas de decisão, sobretudo se comparada com a era do partido único, reconhecendo que muitos ganhos conseguidos durante a luta de libertação e nos primeiros tempos após a independência foram perdidos; asseveraram que esses ganhos/perdas estão ligados ao cumprimento de objetivos bem traçados, com vista ao alcance da independência, pois isso exigia de cada um e de cada uma o cumprimento escrupuloso da disciplina partidária e rigor no cumprimento das tarefas e todos sabiam que não tinham só direitos, mas também deveres a cumprir. Afirmaram, ainda, que a atual reduzida participação das mulheres na esfera política não se deve à falta de uma consciência política, mas sim a uma consciência política modelada por uma educação familiar e uma sociedade que limita as mulheres, por culturas com aspetos prejudiciais à participação das mulheres na vida pública.

Conforme o exposto acima, fica evidente que mesmo no processo de luta de libertação do país, a ideia de participação política de forma equilibrada não passava de uma condição situacional, visto que, tendo alcançado a independência, os anos seguintes, isto é, com a abertura democrática, já não eram as mesmas ideias que se propagavam. Tem-se o entendimento de que, os ganhos políticos das mulheres nos pós-independência não passaram de condições conjunturais, uma vez que atualmente observa-se o fundamentalismo cultural como fator determinante da participação política das mulheres.

Considerando que o parlamento é um espaço fundamental no processo de tomada de decisões de qualquer país democrático, Vaz (2020) faz uma comparação de mulheres no parlamento de cinco países africanos “lusófonos” no intervalo de 18 anos, isto é, entre 2001 e 2019, a Guiné-Bissau aparece como o país com pouca participação de mulheres no parlamento. O quadro 3 pode elucidar melhor essa relação.

Quadro 3: Mulheres no parlamento de cinco países africanos “lusófonos”

País	Percentagem de mulheres no parlamento em 2001	Percentagem de mulheres no parlamento em 2019
Angola	15.5	30.0
Cabo-Verde	11.1	25.0

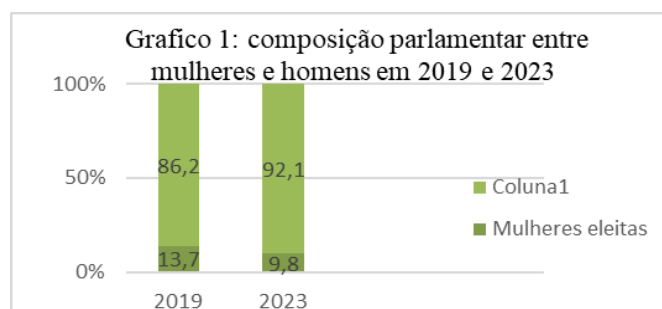
Guiné-Bissau	7.8	13.7
Moçambique	30.0	42.4
São Tomé e Príncipe	9.1	14.6

Fonte: Vaz (2020) via portal do *The Inter-Parliamentary Union* (adaptação da autora).

Conforme o quadro 3, a participação de mulheres no parlamento da Guiné-Bissau durante o período apresentado, corresponde um crescimento de cerca de 6%, isto é, de 2001 a 2019. Um crescimento que parece significativo, mas, quando comparado com os outros quatro países africanos, o país lidera em termos de pouca participação parlamentar de mulheres. Outrossim, a composição de deputados no parlamento nos 102 lugares existentes quando comparado entre mulheres e homens, observa-se que em, 2019 foram eleitas 14 mulheres o que corresponde 13,7% e 88 homens com 86,2%.

Quanto à composição do governo, observa-se que entre os 34 governantes, isto é, ministros e secretários de Estado apenas 9 mulheres ocupam esses espaços em que ano. Ao passo que em 2023, o número de mulheres eleitas cai para 10 que representa 9,8% de aceitos, no qual, o número de homens aumenta para 92 que corresponde 90,1% de lugares no parlamento, tal como se pode observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Composição parlamentar entre mulheres e homens em 2019 e 2023



Fonte: portal do *The Inter-Parliamentary Union*⁵ (adaptação da autora).

O gráfico 1 evidencia como em duas legislaturas consecutivas, fica evidente a disparidade entre mulheres e homens na ocupação de cargo político (deputados), no parlamento guineense. A pouca representatividade e/ou participação de mulheres nos espaços de tomada de decisões permite perceber como os papéis de género ancorados no fundamentalismo religioso e na cultural determinam as relações entre mulheres e homens na sociedade guineense (Barros; Semedo, 2013).

Na perspectiva de Barros e Semedo (2013), a forma diferenciada na criação de filhas

⁵ Cf. o portal do *The Inter-Parliamentary Union* para mais informações referentes à dados entre mulheres e homens no parlamento guineense.

e filhos, isto é, os filhos com alguns privilégios em detrimento das filhas influenciam a inserção destes nos espaços públicos ou até mesmo no exercício da função pública. Em outras palavras: as retaliações que as filhas sofrem dentro do lar desde a infância condicionam a sua forma de participar nos assuntos públicos, isto por que causa medo e desqualificação das mesmas.

Prosseguindo, para Barros e Semedo, a forma limitada de participação política de mulheres é um fenómeno mundial. Por isso, a luta para abertura dos espaços políticos deve ser sempre pautada como uma questão que busca pela inclusão da mulher a nível mundial. Para tanto, faz-se necessário o uso meio plausível quer seja por políticas inclusivas ou por meio de articulações de movimentos sociais que incluam as mulheres nos espaços de tomada de decisões. No contexto guineense o que

se observa é:

Tendo as mulheres consciência desses fatores negativos à sua participação política, um espaço masculinizado e muitas vezes hostil, elas enveredam pelos trilhos da Sociedade Civil, das Organizações Não Governamentais, valendo-se, também, daquilo que vem sendo o percurso das mulheres ao longo dos tempos (Barros; Semedo, 2013, p. 29).

Haja visto dispositivos legais que garantem igualdade de participação política entre homens e mulheres (Barros; Semedo, 2013), o país carece de mecanismos efetivos na aplicabilidade desses dispositivos. Daí que, tem-se um espaço público que se caracteriza predominantemente por tensões fundamentada pela diferenciação de papeis de género. Por isso, tem-se de um lado, uma esfera pública masculinizada, de outro, hostilidades baseadas

Figura 9: Composição do governo de 2024



na alteridade que se manifesta na sub- representação de mulheres nos espaços de tomada de decisões (Mendes, 2019).

Fonte: Jornal O Democrata, 2024

A figura acima permite visualizar a nítida desigualdade entre homens e mulheres quando o assunto é o cargo de chefia e liderança.

No contexto de Cabo-Verde

O ano de 1991 é um marco histórico de abertura democrática nos países africanos de língua oficial portuguesa, uma vez que estes países abandonam o monopartidarismo e adentram ao multipartidarismo. Para tanto, é importante salientar que a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) manifesta-se como um dos principais fatores de mudança de paradigma nesses países do continente africano (Silva, 2017).

Para Silva (2017), desde que o Cabo-Verde se abriu para o multipartidarismo tem sido um exemplo de democracia no continente africano, com as realizações das eleições periódicas com frequência; entretanto, no que diz respeito à participação e representação política feminina, ainda precisa melhorar nesse aspecto. O que significa que existe pouca participação de mulheres na política no país. Quanto a isso, Mendes (data) faz uma breve comparação através de dados recentes sobre a participação política no parlamento de mulheres cabo verdianas com as de outros países africanos, na qual, aponta que outros países apresentam participação significava de mulheres em relação à Cabo-Verde. O quadro 4 abaixo pode auxiliar melhor na compreensão dessas assimetrias.

Quadro 4:Representação política parlamentar de mulheres em outros países africanos comparados com Cabo-Verde

País	% de mulheres no parlamento	Ano de eleição	Mandato por anos
Ruanda	61,25	2018	5
Namíbia	46,88	2019	5
África do Sul	44,75	2019	5

Senegal	41,82	2017	5
Moçambique	41,2	2019	5
Angola	26,25	2017	5
Cabo-Verde	23,61	2016	5

Fonte: Silva (2017) via portal do *Inter-Parliamentary Union* (adaptação da autora)

Observado o quadro acima, a democracia cabo-verdiana parece ambígua. Isto porque, se é um país com democracia exemplar, significa a dizer: que seria um dos países com maior representação de grupos minorizados, no entanto, a desigualdade de género na representação no poder político parece ser um problema, considerando a percentagem de mulheres no parlamento, como aponta o quadro 4. Por isso que Silva (2017, p. 2-3), aponta que:

[...] apesar de não haver exclusão com base no género a igualdade de oportunidades e a participação das mulheres na esfera política carecem de maior incremento, o que não se tem revelado fácil de todo, uma vez que a participação das mulheres no parlamento ainda ronda os 23%.

Outrossim, para a autora em questão:

Temos de ter em conta que se trata de uma democracia jovem, mas, ainda assim, nota-se que a evolução da participação feminina no país tem sido bastante lenta e que os entraves à essa participação ainda são bastantes, sendo a forma como é feita a divisão do trabalho apontado por muitos estudos como estando ainda na base da sub-representação das mulheres [...]. A mulher cabo-verdiana continua a estar muito associada aos afazeres domésticos, à educação dos filhos, o que acaba por consumir parte do seu tempo, restando pouco tempo para a participação política. (Silva, 2017, 3)

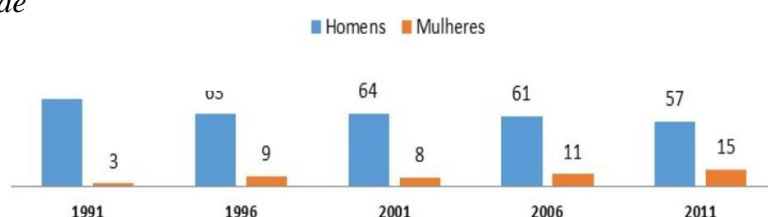
Dentro desse quadro, observa-se que a dicotomia entre esfera pública e doméstica, continuam sendo marcadores preponderantes na inserção de mulheres e homens no exercício de atividades políticas, tal como foi visto no caso guineense. Muito embora o avanço democrático que o país possa apresentar, no mais, ainda existem determinantes culturais e tradicionais que colocam as mulheres na condição de apenas “hábeis” para serviços domésticos.

Em outras palavras, entende-se nessa lógica de colocar a mulher na sub-representação política como aponta Silva (2017), que a participação e representação política de fato, é apenas uma atividade reservada para os homens. Pelo contrário, nas democracias torna-se fundamental que os grupos sociais sejam representados politicamente segundo as suas

especificidades.

Quando as especificidades dos indivíduos não são observadas nos espaços de representatividade politicamente constituídas, fica evidente a perpetuação das desigualdades, sobretudo, aquelas fundamentadas na base do género. Considerando a diferenciação política na base de sexo e/ou género, Évora (2018), apresenta uma linha do tempo do contexto caboverdiano onde é possível averiguar no período de cinco anos, isto é, de 1991 até 2011⁶ uma fraca presença de mulheres no parlamento daquele país.

Grafico 2: representação parlamentar por sexo e/ou por género em Cabo Verde



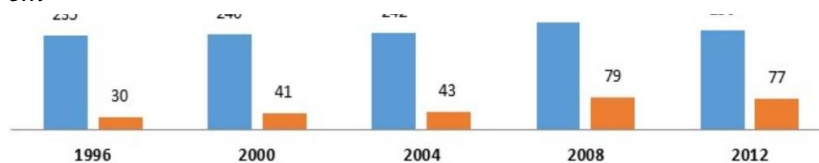
Fonte: Évora (2018, p. 59)

Os indicadores da linha do tempo acima, colaboram com o que Silva (2017) vai apontar como sendo a estagnação de participação representação política de mulheres em Cabo Verde. Visto que, o período apresentado na figura os homens predominam a representação política parlamentar. É neste sentido, que se torna possível afirmar que o exemplo democrático cabo-verdiano, não passa de uma forma sequencial de realização periódicas das eleições, do que propriamente uma democracia que vela pela equidade de género ou de outros grupos minorizados politicamente.

Ademais, em Évora (2018), nota-se que a desigualdade de representação política não está apenas no âmbito parlamentar, ou seja, na Assembleia Nacional, representando os três poderes (legislativo, executivo e judiciário). Mas também a nível local, isto é, a representação dos conselhos/prefeituras nas dez ilhas, como a figura 4 aponta. Nestes dois contextos, as mulheres encontram-se nos lugares de sub-representação (Silva, 2017).

^{1 6} O período compreendido desde abertura democrática até as últimas eleições antes de 2016, ou seja, as eleições de 2011.

Grafico 3: Representação municipal por sexo e/ou por género em



Fonte: Évora (2018, p. 60)

Quanto a representação municipal, segundo aponta Évora (2018), nota-se um crescimento da representação de mulheres numa análise feita no período de cinco legislaturas. No mais, os homens também continuam a crescer e predominando e influenciando fortemente a forma de representatividade no poder político municipal. Um fato interessante para se observar, total de participação tanto de homens como de mulheres crescem ao longo dos anos. Por exemplo, durante a legislatura de 1996 a 2000, os homens estão representados por um total de 235 ao passo que as mulheres em 30 por cento. Quando observado a legislatura de 2000 a 2004, a representação masculina cresce em cinco por cento, isto é, 240 e a feminina em 11 por cento, totalizando 41 por cento. Muito embora observe-se uma tendência de crescimento na representação municipal, as mulheres continuam sendo menos representadas se comparadas com os homens. Este fato, pode ser explicado a luz do sistema eleitoral cabo-verdiano. Isto é, o país apresenta um sistema eleitoral no qual, os partidos políticos ou coligações indicam os seus candidatos através de uma lista fechada e bloqueada. Uma vez apresentada a comissão eleitoral, jamais pode ser alterada (Évora, 2018).

Neste sentido, para Évora:

Variáveis de cunho institucional, ligados ao sistema eleitoral vigente em Cabo Verde e da cultura política enraizada desde a colonização portuguesa, explicariam, a desigualdade de representação entre os sexos nas esferas de decisão do arquipélago. Cabo Verde utiliza o sistema eleitoral proporcional de lista fechada e bloqueada (Évora, 2018, p. 60).

Aqui tem-se uma questão importante para se realçar. A forma como a lista de

candidatos é composta depende em muitos casos, da estrutura do partido político ou da coligação política. Em outras palavras, a posição na qual a pessoa eleita ou indicada se encontra na lista do partido ou da coligação determina o cargo que esta desempenha durante a legislatura ganha pelo partido ou coligação. Sendo assim, numa perspectiva bem generalizada no caso dos partidos políticos dos PALOPs, torna-se muito comum que homens ocupem os primeiros lugares da lista (Évora, 2018; Mendes, 2019; Silva, 2017).

O desequilíbrio de género dentro campo político não se justifica por baixo índice de escolaridade, como no caso da Guiné-Bissau, ao verificamos os dados de educação dos dois géneros, segundo Boletim(INCV, 2022). Na faixa etária da educação pré-escolar (4-5 anos), cerca de 81,2% das crianças estavam matriculadas, sendo 84,4% do sexo feminino e 78,1% do sexo masculino. No período do ensino básico obrigatório (1º ao 8º ano), a taxa de participação na escola era de 91,3% para crianças entre 6 e 13 anos, com uma percentagem de 90,4% para meninas e 92,3% para meninos. As taxas de sucesso nesse ano atingiram 90,7%, com 93,6% para meninas e 88,0% para meninos. A taxa de abandono escolar foi de 1,5%, sendo 1,3% para meninas e 1,7% para meninos.

No ano de 2018, a taxa geral de matrícula no ensino superior foi de 17,8%, com uma proporção mais elevada de mulheres (21,8%) em comparação com homens (14%). Durante o ano letivo 2018/2019, 8.439 estudantes estavam matriculados em instituições de Ensino Superior no país, sendo que 59,7% eram mulheres e 40,3% eram homens. Os dados revelam disparidades de matrícula e participação masculina em áreas como ciências sociais e línguas (23,3%) e ciências da saúde e meio ambiente (8,2%). Por outro lado, há uma proporção equitativa de matrículas em ciências económicas, mas uma lacuna significativa de 23,6% em favor das mulheres em áreas como engenharia e ciências exatas (INCV, 2023). Em termos económicos, as diferenças de género já não são significativas: 53,6% dos pobres em 2015 eram mulheres, contra 50,1% em 2020.

Dito isso, o que se observa tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde é que as mulheres se encontram subrepresentadas quando se trata de cargo político. Nestes dois países, existe uma assimetria acentuada no que diz respeito à representação, ou seja, o exercício de cargos políticos de relevância por mulheres. Muito embora existam legislações que tratam de equidade na ocupação de cargos políticos entre mulheres e

homens, as desigualdades na base do género determinam quem pode ser eleita ou indicada para o exercício da vida pública no aparelho de Estado (Mendes, 2019; Silva, 2017).

4. A LUTA DAS MULHERES PELO INGRESSO E PERMANÊNCIA NA DIPLOMACIA: OS CASOS DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

O contexto da participação das mulheres na diplomacia ainda é um processo lento, que as mulheres têm enfrentado para adentrar, e não é uma luta fácil, uma vez que esse campo é dominado pelos homens. Este capítulo lança luz sobre duas nações costeiras da África Ocidental, Guiné-Bissau e Cabo Verde, explorando as jornadas distintas das mulheres em busca de participação e relevância no cenário diplomático internacional. Por meio de um estudo de campo, examinamos as complexidades enfrentadas pelas mulheres de Cabo Verde e Guiné-Bissau, desde suas lutas iniciais pelo ingresso na diplomacia até os esforços contínuos para garantir sua permanência e influência nesse ambiente competitivo.

4.1. A realidade da diplomacia em Guiné-Bissau

Segundo Embassypages⁷ (2024), a Guiné-Bissau possui 20 embaixadas⁷ espalhadas pelo mundo, além de 26 consulados e 2 outras representações. Em seu artigo 18, a Constituição da República promulgada em dezembro de 1996, estabelece as diretrizes da política externa guineense a ser observada pelas representações do país na esfera

7 1. Embassypages é uma plataforma que reúne dados das embaixadas e consulados e outras representações ao redor do mundo.

2 Guiné-Bissau possui embaixadas em: África do Sul, Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Cuba, Espanha, França, Gâmbia, Guiné, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, Palestina, Portugal, Rússia, Senegal e Turquia (www.embassypages.com/guinebissau).

internacional, conforme apontados a seguir:

Art.18

1- A República da Guiné-Bissau estabelece e desenvolve relações com outros países na base do direito internacional, dos princípios da independência nacional, da igualdade entre os estados, da não ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica e do não alinhamento.

2- A República da Guiné-Bissau defende o direito dos povos à autodeterminação e à independência, apoia a luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e todas as demais formas de opressão e exploração, preconiza a solução pacífica dos conflitos internacionais e participa nos esforços tendentes a assegurar a paz e a justiça nas relações entre os Estados e o estabelecimento da nova ordem económica internacional.

3- Sem prejuízo das conquistas alcançadas através da luta de libertação nacional, a República da Guiné Bissau participa nos esforços que realizam os Estados africanos, na base regional continental, em ordem à concretização do princípio da unidade africana.

A Constituição estabelece, além de princípios gerais do direito internacional, o apoio à luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e todas as demais formas de opressão e exploração, o que reflete a luta histórica dos guineenses contra o colonialismo e suas heranças em um país recém-independente. O princípio da unidade africana também pode ser destacado como diretriz distintiva dos países africanos, considerando toda a mobilização política de movimento pan-africanista à época e a criação da Organização da Unidade Africana em 1963 – portanto, antes da independência de Guiné-Bissau.

Apesar das informações sobre as diretrizes constantes na Constituição, não foi possível evidenciar de forma concreta o funcionamento da diplomacia na Guiné-Bissau, considerando a falta de acesso aos documentos referentes à carreira diplomática no país. Foram feitas várias tentativas de obtenção de dados junto ao Ministério de Negócios Estrangeiros, mas não foram atendidas. Com a justificativa de que a pessoa responsável não estaria presente, solicitavam o retorno em outro dia ou mesmo diziam que iriam enviar os documentos por e-mail. Após muitas idas e vindas, a conclusão foi a de que as informações não seriam fornecidas, evidenciando a falta de transparência do governo para acesso de informações.

A partir das leituras possíveis sobre uma aparente fragilidade da organização da diplomacia no país, pode-se compreender que a atual política externa da Guiné-Bissau está centrada na figura do presidente da República. Atualmente, o país está sob um governo de

iniciativa presidencial, cujo Presidente Umaro Sissoco Embaló dissolveu a Assembleia Nacional e estabeleceu um governo em que Carlos Pinto Pereira, do PAIGC, foi reempossado como Ministro de Negócios Estrangeiros no governo liderado pelo primeiro-ministro Rui Duarte de Barros, também do PAIGC.

Justifica o presidente Sissoco que o Parlamento havia se tornado um espaço de conspiração, assim como podemos observar no discurso de Umaro "Percebi que o Parlamento é sempre foco de instabilidade, vamos chamar o povo porque o povo é soberano para tomar a decisão. É o único caminho e a única via que podemos seguir" ainda acrescentou "uma guerra civil cozinhada no Parlamento". No entanto, a Constituição guineense prevê que não se pode dissolver o Parlamento antes de 12 meses depois da sua investidura. Além disso, o chefe de Estado só pode dissolver a Assembleia Nacional Popular até seis meses antes do fim do seu mandato, ou seja, a dissolução do parlamento foi um golpe institucional.

Abordar a diplomacia da Guiné-Bissau é uma tarefa desafiadora, em grande parte devido à escassez de dados e informações disponíveis sobre este campo específico. A falta de documentos acessíveis e a dificuldade em encontrar mulheres diplomatas dispostas a compartilhar suas experiências através de entrevistas adicionam uma camada adicional de complexidade a essa investigação. Além disso, há uma incerteza quanto à definição de uma política externa clara do país. Esses desafios destacam a necessidade urgente de examinar mais de perto a participação das mulheres na diplomacia da Guiné-Bissau e entender as barreiras que enfrentam para ingressar e se estabelecer nesse ambiente predominantemente masculino.

A distribuição de género nos cargos diplomáticos da Guiné-Bissau revela uma disparidade significativa, evidenciando uma realidade na qual as mulheres ocupam uma posição minoritária e sub-representada. Segundo dados da Embassypages (2024), das 20 embaixadas do país, apenas duas são lideradas por mulheres embaixadoras (Embaixadas da Guiné-Bissau em Cuba e em Marrocos), enquanto as restantes 18 embaixadas são lideradas por homens, representando 98% do total. Esta tendência se estende aos consulados, onde em um universo de 26, apenas um é chefiado por uma mulher (Consulado da Guiné-Bissau em Bucareste, Roménia), enquanto os outros 25 são ocupados por homens, constituindo 99% do total.

Quadro 5: Distribuição de Género em Embaixadas

Homem/Mulher	Número de embaixadores	%
Homens	18	98%
Mulheres	2	2%
Total	20	100%

Fonte: adaptação própria

Quadro 6: Distribuição de Género em Consulados

Homem/Mulher	Número de Consulados	%
Homens	25	99%
Mulheres	1	1%
Total	26	100%

Fonte: adaptação própria

Essa discrepância de género reflete uma estrutura hierárquica dentro do campo diplomático, onde as mulheres continuam a ocupar uma posição marginalizada, relegadas ao fundo da pirâmide. A representação feminina nos cargos de liderança ainda permanece uma exceção, destacando a necessidade urgente de medidas para promover a igualdade de oportunidades e a diversidade de género no setor diplomático da Guiné-Bissau. Essa falta de representatividade não apenas limita o potencial das mulheres, mas também enfraquece a eficácia e a legitimidade da diplomacia do país no cenário internacional.

Apesar dessa discrepância de género, é importante destacar que mulheres já chefiaram o Ministério de Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades: Hilia Baber (1999); Antonieta Rosa Gomes (2001); Filomena Mascarenhas Tipote (2001-2002); Fatumata Djau Baldé (2003); Maria da Conceição Nobre Cabral (2007-2009); Adiato Djaló Nandigna (2029) e Suzi Monteiro (2019-2020).

Hilia Barber é uma figura proeminente na diplomacia da Guiné-Bissau, destacando-

se como a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros em 1999. Sua carreira diplomática começou em 1982 como chefe do Departamento Europa-América do Ministério das Relações Externas, onde participou de uma missão a Cuba para negociar assistência técnica e treinamento militar. Em 1996, tornou-se a primeira embaixadora da Guiné-Bissau em Israel, onde desempenhou um papel crucial na obtenção de ajuda humanitária durante a Guerra Civil da Guiné-Bissau em 1998. Após sua passagem como Ministra dos Negócios Estrangeiros, Barber continuou a contribuir para a diplomacia da Guiné-Bissau ao ser nomeada embaixadora na França em 2013. Sua trajetória reflete um compromisso significativo com a promoção dos interesses de seu país e a representação internacional, destacando a importância de sua liderança e diplomacia em diferentes contextos internacionais.

No entanto, vale a pena ressaltar que as sete mulheres que já ocuparam o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros são diplomatas e políticas. Embora Suzi Barbosa tenha feito licenciatura em Relações Internacionais e especialização em diplomacia africana, ela não seguiu uma carreira diplomática tradicional. Barbosa chegou ao cargo mais alto da carreira diplomática através de nomeação pelo partido que estava no poder, o PAIGC, e posteriormente pelo MADEM-G15.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o ingresso na diplomacia na Guiné-Bissau ocorre por dois caminhos: diplomata político e diplomata de carreira. O diplomata político é indicado pelo partido político no poder, enquanto o diplomata de carreira é alguém que possui formação em diplomacia ou é formado e ingressou através de concurso público no Ministério dos Negócios Estrangeiros (SANCA, 2019)

Conseguimos entrevistar duas mulheres de gerações diferentes, mas ambas diplomatas de carreira. As entrevistas foram realizadas de modo remoto, por meio de um roteiro semi-estruturado (apêndice A). Sobre o ingresso na carreira diplomática, as entrevistadas foram questionadas sobre: A senhora fez curso de diplomacia? Se sim, onde? Você teve alguma inspiração em outras mulheres para escolher essa carreira? Como você ingressou na carreira diplomática, pelo concurso público; pela indicação de um partido político ou do governo?

Responde a entrevistada A:

Sim. Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores do Brasil. [...]

Não. Eu mesma quis seguir e escolhi a carreira diplomática. Ingressei na Carreira pelo concurso público em novembro de 2011.

Enquanto a entrevistada B respondeu da seguinte forma:

Fiz um curso de diplomacia na Rússia e depois retornei. Na verdade, fui para a Rússia através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Já tinha me formado em Relações Internacionais e ingressei através de concurso público, tornando-me funcionária efetiva do ministério. Gosto de viajar, por isso quis ser diplomata.

Destaque-se que a entrevistada A, formada em Sociologia Política e Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense/Brasil, estudou diplomacia no Instituto Rio Branco e está há 12 anos na carreira, nunca conseguiu alcançar um cargo mais alto da carreira. Ela ainda se encontra na posição de Terceiro Secretário, tendo ingressado na carreira por meio de concurso público. Segundo ela, depois de 11 anos de carreira, só recentemente, em doze anos, conseguiu um posto no exterior, como podemos observar em sua fala:

Desafios que se impõem incluem manter-se atualizada em termos de formações e reciclagens no domínio da geopolítica atual. Esses desafios podem ser caracterizados pela necessidade de se destacar em um ambiente frequentemente dominado por homens, como é o caso da nossa diplomacia. Pessoalmente, ainda não enfrentei dificuldades ou desafios devido à minha inexperiência. Busquei constantemente investir no meu conhecimento e me manter atualizada por meio de formações. Tive a oportunidade de ocupar um posto no exterior pela primeira vez em doze anos.

A ausência das mulheres no campo da diplomacia não se deve à falta de mulheres formadas nesta área, nem à falta de competência, mas sim ao sistema patriarcal dentro das instituições públicas e privadas, que acaba excluindo as mulheres deste espaço. Compreendemos no depoimento dela dois pontos importantes: primeiro, o sistema patriarcal e sexista tão estruturado que cria uma “cegueira”, fazendo com que a própria vítima do sistema não se dê conta. Nossa entrevistada, mesmo com 12 anos de experiência quando conseguiu ocupar uma posição no exterior, ainda se considera inexperiente. Segundo, o sistema coloca as mulheres na posição de terem que provar que são capazes, que para atingir postos mais altos da hierarquia, têm que saber mais do que os homens. Mesmo tendo mais conhecimento do que um homem, ainda são consideradas inexperientes.

A nossa entrevistada B, formada em Relações Internacionais em Portugal e que fez

um curso de diplomacia na Rússia, já atuou como embaixadora duas vezes e possui mais de 15 anos de experiência na carreira. Ingressou na carreira por meio de concurso público. Ela falou sobre os desafios e obstáculos de ingresso no campo da seguinte maneira:

Os obstáculos são muitos, especialmente quando se trata da diplomacia em nosso país. Para nós, mulheres, não é fácil. Quando retornei dos estudos, prestei concurso e entrei no ministério. No entanto, para progredir na carreira, não basta apenas ter conhecimento, é necessário também ter contatos. Caso contrário, nunca se avançará. Como você sabe, os políticos ainda decidem quem deve ocupar cada posição, e para isso é necessário estar filiado a um partido político, para ajudar na progressão. Infelizmente, vários homens que chegaram depois de mim subiram muito rápido. No entanto, mesmo com muitas dificuldades, consegui ser embaixadora duas vezes. Quando um partido novo ganhou as eleições, fui substituída por outra pessoa.

No geral, este depoimento reflete as complexidades e desafios enfrentados por mulheres na diplomacia, bem como as influências políticas e estruturais que podem moldar a progressão profissional dentro dessa área. Sobre os questionamentos sobre a participação das mulheres na diplomacia guineense e percepção de avanços nesse sentido, as respostas apontam para os desafios:

Temos poucas mulheres ainda na carreira diplomática, por motivos da herança pós-independência ainda prevalece o domínio dos homens e percebi que estamos tendo avanços significativos no ingresso das mulheres tanto no Ministério bem como na carreira diplomática.

No que diz respeito às questões mencionadas acima, a entrevistada B responde da seguinte forma:

As mulheres participam de forma ativa, mas o que falta são oportunidades para elas trabalharem, bem como motivação, por exemplo, para participarem de missões. Desde que entrei, percebi um aumento no número de mulheres no ministério.

Percebe-se nas respostas das duas entrevistadas que houve um aumento do número de mulheres dentro da carreira, mas existem fatores que mantêm baixa representação. Segundo a entrevistada A, o passado colonial contribui para baixo número de mulheres na diplomacia do país, tendo em vista que a estrutura de poder continua a ser dominada pelos homens, como se via na época colonial. A entrevistada B atribui à falta de motivação e oportunidades, considerando que as mulheres não costumam ser enviadas para missões no exterior. A presença das mulheres na carreira diplomática é uma realidade cada vez mais evidente, porém, ainda sujeita a desafios e obstáculos que impactam sua permanência

e ascensão.

Também foi questionado sobre a quantidade de diplomatas mulheres que as entrevistadas do país conheciam, sendo que a entrevistada A responde:

Não se pode contar exatamente quantos são, pois muitas já faleceram e outras mudaram de profissão ou abandonaram a carreira. Outras estão na carreira, mas ainda não são efetivas na função pública. Mas conheço mais de 20 conforme o quadro da carreira.

Apesar do número apresentado pela entrevistada, não foi possível aferir o quantitativo de diplomatas mulheres presentes no corpo diplomático guineense, considerando a falta de informações disponibilizadas pelo governo.

4.2 A realidade da diplomacia em Cabo Verde

Antes de abordar o ingresso na carreira diplomática, é necessário falar sobre como está organizada a diplomacia de Cabo Verde. Segundo o estatuto da carreira diplomática do país, a estrutura hierárquica inclui os seguintes cargos: a) Embaixador; b) Ministro Plenipotenciário - níveis I, II e III; c) Conselheiro de Embaixada - níveis I, II e III; d) Primeiro Secretário de Embaixada; e) Segundo Secretário de Embaixada; e f) Terceiro Secretário de Embaixada. De acordo com o estatuto, as alterações no quadro do pessoal diplomático são efetuadas mediante Decreto-Regulamentar.

No que diz respeito ao ingresso na carreira diplomática, o Estatuto estabelece que este ocorre por meio de concurso público. "O ingresso na carreira diplomática realiza-se no cargo de Terceiro Secretário de Embaixada e é condicionado à aprovação em concurso público aberto, nos termos das condições gerais de admissão na Função Pública." (CABO VERDE, 2023). Segundo o Embassypages (2024), Cabo Verde possui 18 embaixadas no mundo, além de 55 consulados e duas outras representações.

Na seção dedicada à análise do ingresso das mulheres na diplomacia, mergulharemos

nas nuances e desafios enfrentados por elas nesse ambiente, assim como fizemos ao explorar a situação na Guiné-Bissau. Abordaremos não apenas a entrada das mulheres nesse campo, mas também os obstáculos que encontram ao buscarem se estabelecer e prosperar dentro desse espaço, destacando suas trajetórias, conquistas e os caminhos para uma maior permanência.

Ao analisar o Boletim oficial publicado em 4 de abril de 2023, II série número 60 (INCV, 2023), observa-se que, dentro de um universo de 12 embaixadores, apenas 3 são mulheres, o que equivale a 25% por cento do total de embaixadoras. Entre os Ministros Plenipotenciários, há 12 homens e 12 mulheres, ou seja, uma representação de 50% para cada gênero. No caso dos Conselheiros de Embaixada, que perfazem o total de 21, existem 12 mulheres e 9 homens, portanto, a porcentagem de homens é de aproximadamente 42,86% e a porcentagem de mulheres é de aproximadamente 57,14%. Quanto aos Secretários de Embaixada, há 5 mulheres e 2 homens, correspondendo a 71,43% do quadro de secretários do sexo feminino e 28,57% de homens.

Quadro 7: Distribuição de Gênero em Embaixadas

Homem/Mulheres	Número de Embaixadora/es	%
Homens	9	75%
Mulheres	3	25%
Total	12	100%

Fonte: Adaptação própria

Quadro 8: Secretários de Embaixada

Homem/Mulheres	Número de Secretárias/os	%
Homens	2	28,57
Mulheres	5	71,43%
Total	7	100%

Fonte: Adaptação própria

Olhando para os dados acima, percebe-se que a diplomacia cabo-verdiana terá um rosto feminino a curto prazo, uma vez que as mulheres representam 71,43% do total de secretários da embaixada na categoria de entrada na carreira diplomática. Contudo, ao observar a categoria de embaixadores, apenas 25% são mulheres, o que revela a dificuldade de acesso ao cargo mais alto da carreira.

No que diz respeito ao cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, desde a independência em 1975 até 2002, o cargo sempre foi ocupado por homens. Foi somente em 2002 que a primeira mulher, Maria de Fátima Veiga, assumiu o cargo, e ela continua sendo a única mulher a ocupá-lo até o momento. Além de suas funções diplomáticas, Veiga participou de várias comissões e redes, incluindo a Comissão Nacional do Comitê Interestadual para o Controle da Seca no Sahel, a Comissão Nacional da Francofonia, a Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares, e atuou como vice-presidente e presidente interina da Aliança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (OASIS) em Nova York.

Maria de Fátima Veiga ocupou o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde entre 2002 e 2004. Ela começou sua carreira no serviço público ao ingressar no Ministério das Relações Exteriores em 1980, e posteriormente foi chefe de gabinete do Ministro das Relações Exteriores de 1995 a 1999, além de embaixadora em Cuba de 1999 a 2001. Também exerceu a função de secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros de 2001 a 2002, foi representante permanente de Cabo Verde nas Nações Unidas em Nova Iorque de 2004 a 2007 e, posteriormente, assumiu o cargo de embaixadora de Cabo Verde nos Estados Unidos.

Para compreender melhor esse quadro da presença das mulheres na diplomacia cabo-verdiana foram realizadas entrevistas com três diplomatas, sendo aplicado o mesmo roteiro de entrevistas semi-estruturado utilizado para as diplomatas de Guiné-Bissau. A primeira entrevistada C fez Licenciatura em Relações Internacionais no ISCSP, em Lisboa, Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISG, também em Lisboa, e é doutoranda em Estudos de Desenvolvimento no ISEG. Atualmente, ela é Chefe Adjunto da Missão da Embaixada de Cabo Verde nos Estados Unidos da América; e a nossa terceira e última entrevistada, E, fez Licenciatura em Relações Internacionais Políticas e Culturais

na Universidade do Minho, em Portugal. Ela foi embaixadora de Cabo Verde em Beijing (China).

Para as entrevistadas C, D e E quando se fala do processo de ingresso na diplomacia, especialmente em países africanos, ainda existem dois caminhos distintos: os chamados diplomatas de carreira e os diplomatas políticos. Cabo Verde não foge muito a essa realidade, embora tenha suas particularidades, como podemos observar na explicação fornecida pela nossa entrevistadas. Quando questionada sobre como ingressou e qual é a diferença entre os dois tipos de diplomacia em Cabo Verde, elas responderam o seguinte:

A maioria das pessoas que se tornam diplomatas é motivada pelo desejo de viajar bastante, acreditando que ser diplomata implica em muitas viagens. Foi por isso que decidi estudar Relações Internacionais. Posteriormente, comecei a trabalhar no Ministério de Negócios Estrangeiros e, quando abriu o concurso, concorri e fui aprovada. Sobre a diplomacia política e de carreira em Cabo Verde, nós temos apenas diplomatas de carreira. Mas missões de embaixador de Portugal, o país sempre envia um diplomata político, e isso não é algo recente, mas sim algo que acontece há muitos anos.

Entrevistada D

Sou formada em Relações Internacionais e posteriormente fiz um curso breve sobre Negociação Internacional, embora não tenha realizado um curso específico em Diplomacia. Trabalhei no Ministério das Finanças em um projeto da União Europeia. Foi meu marido quem me incentivou a seguir essa carreira. Quando viu o edital aberto, sugeriu: 'Por que não se candidatar? Tente, pois a vaga parece se encaixar no seu perfil.' Assim, me candidatei e fui aprovada no concurso em 2002, ingressando em 2003. A diferença entre o diplomata de carreira e o diplomata político é que o político é nomeado pelo primeiro-ministro, enquanto o diplomata de carreira também é proposto pelo primeiro-ministro e levado ao Conselho de Ministros, mas a decisão final é do presidente da República. Em Cabo Verde, temos atualmente alguns postos ocupados por diplomatas políticos, como em Washington e em Portugal.

Entrevistada E

Sou formada em Relações Internacionais e, por assim dizer, faço parte da 'velha guarda', com 34 anos de carreira. Sou diplomata de carreira e sempre tive interesse em política e negociação. Sim, em Cabo Verde, existem diplomatas políticos que ocupam cargos, como nos Estados Unidos e em Portugal.

Observa-se que em Cabo Verde, os diplomatas políticos, de acordo com a entrevistada D, diferem da Guiné-Bissau. O diplomata político não é indicado pelo partido no poder, mas sim pelo primeiro-ministro. Além disso, percebe-se que o país definiu quais nações necessitam ter diplomatas políticos, considerando a agenda nacional. Vale ressaltar que todas as três entrevistadas entraram na carreira diplomática.

Verificando que as estruturas patriarcais que moldam a sociedade ainda colocam as mulheres nos espaços de cuidado e não se veem as mulheres na arena internacional, torna-se importante compreender os desafios ou obstáculos que elas enfrentam ao entrarem na carreira. Com as seguintes questões: Quais são os desafios que uma mulher pode enfrentar na carreira diplomática? Quais são os desafios que a senhora já enfrentou na carreira diplomática? As entrevistas C, D e E responderam da seguinte forma:

Entrevistada C

Os desafios não são específicos; eles envolvem questões familiares relacionadas a viagens. Se você é casada, muitas vezes não consegue viajar, pois não tem alguém para cuidar dos seus filhos. Às vezes, o marido não quer ver a esposa longe de casa o tempo todo. Há também a questão do papel da mulher em casa e as dificuldades de conciliar trabalho e vida social. Historicamente, o papel da mulher em casa sempre foi desigual, com a maioria das responsabilidades recaindo sobre ela. Além disso, as mulheres podem ser assediadas, seja por olhares ou palavras, e enfrentam complicações quando seus chefes são homens. Após a independência, as mulheres tiveram que lutar para conquistar seu espaço. Outro problema é o fato de que, frequentemente, as chefias são ocupadas por homens. Sobre os desafios que já enfrentei na carreira diplomática, digo que sou uma pessoa direta e gosto de fazer o meu trabalho. Valorizo o reconhecimento pelo meu desempenho profissional, não por outras questões. Não busco ser reconhecida por ser amiga do chefe; nunca tive problemas porque me dedico ao meu trabalho de forma exemplar.

Entrevistada C destaca uma série de desafios enfrentados pelas mulheres na carreira diplomática. Ela menciona questões familiares, como a dificuldade de viajar devido à falta de suporte para cuidar dos filhos, além das pressões sociais relacionadas ao papel tradicional da mulher em casa. Ela também aborda questões de assédio e a predominância masculina nas chefias. Sua análise mostra uma consciência clara das desigualdades de gênero que persistem na profissão, destacando a necessidade contínua de lutar por igualdade de oportunidades e tratamento justo.

Relata a entrevistada D:

Olha, o primeiro desafio geralmente quando você entra na carreira é a perspectiva de contribuir aqui no país, no ministério, para depois seguir para o exterior. Eu costumo dizer que as primeiras lições e bagagens que começamos a adquirir ou o verdadeiro treinamento acontece numa missão no exterior, onde nos confrontamos às vezes com desafios e precisamos estar preparados para responder. A primeira questão é a nível familiar, especialmente para as mulheres. Embora na nossa sociedade estejamos lutando pelo empoderamento feminino e incentivando a presença das mulheres em carreiras políticas e técnicas, a realidade nem sempre é fácil. Podemos dizer que é uma oportunidade de reunir a família, mas nem sempre acontece assim. Essa é a primeira questão. Depois, no meio, embora existam políticas de incentivo, ainda lidamos com questões de desigualdade entre homens e mulheres. Mas acredito que com o tempo e com a realidade cabo-verdiana mostrando que as mulheres estão se

afirmando cada vez mais, o futuro é promissor.

Entrevistada D fala sobre a transição para a carreira diplomática e os desafios enfrentados, especialmente para as mulheres. Ela destaca a dificuldade de conciliar as demandas profissionais com as responsabilidades familiares, ressaltando que, embora haja incentivos para a presença feminina na carreira diplomática, ainda existem desafios relacionados à desigualdade de gênero. No entanto, ela expressa otimismo em relação ao futuro, sugerindo que, com o tempo, as mulheres estarão mais firmemente estabelecidas na profissão.

A entrevistada E traz a seguinte perspectiva:

Eu diria que quando entrei com meus colegas, no grupo em que ingressamos, éramos técnicos entramos em pé de igualdade. Pessoalmente, nunca me senti discriminada ou menosprezada, e também nunca recebi um tratamento diferente por ser mulher, seja de forma positiva ou negativa. Sempre senti que, entre meus colegas, tantos homens quanto mulheres, as oportunidades eram iguais. Dependeria muito de cada um de nós como abraçaríamos a carreira e exploraríamos as possíveis oportunidades para crescer como diplomatas.

Entrevistada E oferece uma perspectiva diferente, afirmando que, pessoalmente, nunca se sentiu discriminada ou menosprezada na carreira diplomática. Ela enfatiza a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no grupo em que ingressou, destacando que o sucesso na profissão depende do indivíduo e de sua disposição para aproveitar as oportunidades disponíveis.

Ambas as entrevistadas reconhecem as barreiras enfrentadas pelas mulheres na carreira diplomática, mas enquanto a Entrevistada C destaca mais os desafios históricos e estruturais, a Entrevistada D enfatiza os desafios contemporâneos e a esperança em mudanças positivas no futuro. Ao contrário das entrevistas anteriores, que ressaltaram desafios e desigualdades de gênero na diplomacia, a Entrevistada E compartilha uma experiência mais positiva e igualitária. Ela sugere que, pelo menos em seu contexto específico, as oportunidades são distribuídas de forma justa, independentemente do gênero. No entanto, é importante observar que a experiência individual de cada pessoa na carreira diplomática pode variar amplamente, e as experiências relatadas por uma entrevistada podem não refletir necessariamente a realidade de outras mulheres na profissão.

4.3 Mulheres na diplomacia de Guiné-Bissau e Cabo Verde: contextos semelhantes, realidades diferentes

A presença de mulheres na diplomacia de Guiné-Bissau e Cabo Verde reflete contextos semelhantes em termos de desafios históricos, sociais e culturais, mas com realidades diferentes devido a fatores específicos de cada país. Entretanto nesta seção vamos analisar esses padrões semelhantes e diferentes.

4.4 Contextos semelhantes

Como padrão, nas entrevistas realizadas ficou evidente que a participação das mulheres na luta pela independência, tanto de Guiné-Bissau quanto Cabo Verde pode ter proporcionado oportunidade para as mulheres se envolverem em atividades diplomáticas e políticas. Entretanto, em ambos os países as mulheres enfrentam desafios relacionados à equidade de gênero dentro do espaço doméstico como a nível internacional, embora com variações na intensidade e nas características específicas desses desafios.

Segundo os desafios sociais e culturais, ambos os países, as estruturas familiares tradicionais colocam a mulher predominante no papel de cuidadora dos filhos e do lar. Essa dinâmica pode limitar as oportunidades das mulheres em busca de carreiras que demandam a mobilidade internacional, como diplomacia.

Outro fator importante observado é que a formação na área de diplomacia muitas das vezes requer recursos financeiros significativos especialmente quando o curso não está disponível localmente e exigem estudo no exterior. Isso é uma barreira para as mulheres cujas condições financeiras não permitem tal investimento educacional. Assim podemos dizer que é um fator que exclui as mulheres a entrarem no campo da diplomacia. Apesar das entrevistadas terão formação na área obtida no exterior, ressalte-se que a Guiné-Bissau tem Curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais e Cabo Verde tem licenciatura em Relações Internacionais e Diplomacia.

4.5 Realidades diferentes

Apesar da desigualdade de género quanto aos embaixadores, observou-se que a presença feminina na diplomacia em Cabo Verde é bastante significativa. Acredita-se que isso possa ser atribuído à estabilidade das instituições decorrente da estabilidade democrática do país. A menor interferência política proporciona às mulheres maior acesso à carreira por meio de concursos públicos. Isso evidencia a relação entre democracia e aumento da representação dos diversos grupos da sociedade. Segundo o relatório de 2023 do Democracy Index, índice organizado pelo The Economist Intelligence Unit, a democracia de Cabo Verde ocupou o terceiro lugar na classificação do continente africano, com uma pontuação de 7,65, estando na 35ª posição no ranking global. O relatório enfatiza a qualidade do processo eleitoral e o pluralismo nacional, que receberam 9,17 pontos. Ainda, dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Cabo Verde ocupa a segunda posição, logo após Portugal, no índice de classificação.

Cabo Verde tem se esforçado para estabelecer a transparência e fortalecer o processo democrático como fundamentais para seu desenvolvimento. Este facto é amplamente reconhecido por vários organismos, exemplo é o estudo realizado pela Afrobarometer⁸ de 2008 sobre a qualidade da democracia e governança em Cabo Verde, que revelou resultados significativos nesse sentido, destacando uma ampla melhoria nos indicadores relacionados à democracia, como o nível de satisfação com o funcionamento da democracia e a percepção da democracia em Cabo Verde.

Uma pontuação de 8.53 em participação da sociedade sugere que Cabo Verde possui um nível relativamente alto de engajamento cívico e participação dos cidadãos em assuntos políticos e sociais. Uma pontuação de 6.67 em liberdade de expressão sugere que há um certo grau de liberdade para os indivíduos expressarem suas opiniões e ideias em Cabo Verde. No entanto, essa pontuação também pode indicar que existem desafios ou restrições que limitam essa liberdade.

Em relação a Guiné-Bissau, a instabilidade política pode ser considerada como um dos fatores que contribui para falta das mulheres na política e na diplomacia. Segundo o relatório de 2023 do Democracy Index, a Guiné-Bissau está 140ª posição no ranking global

2 8 Afrobarômetro ou Afrobarómetro é uma organização não-governamental fundada em 1999 responsável pela realização de pesquisas e armazenamento de dados estatísticos de mais de 35 países da África.

e 35^a no continente africano, com pontuação 2.45 e é considerado como um país autoritário.

A análise da situação de Guiné-Bissau, no que refere a participação da sociedade civil e da liberdade de expressão, segundo os dados de Democracy Index, aponta que na Guiné-Bissau tem 2,78 pontos na categoria de participação da sociedade e liberdade de expressão 2,35, revelando um cenário desafiador. Estes números sugerem que o país enfrenta dificuldades significativas na promoção da participação cidadã e na garantia da liberdade de expressão. A baixa pontuação em participação da sociedade indica possíveis obstáculos à inclusão e à representação democrática, enquanto o índice reduzido de liberdade de expressão sugere restrições ou limitações no espaço para o debate público e a manifestação de opiniões divergentes. Esses fatores destacam um cenário desafiador para participação das mulheres na carreira diplomática e em outras áreas.

Outro fator que diferencia os dois países é que, em Cabo Verde, a inserção na diplomacia ocorre exclusivamente por concurso público. Além disso, a escolha dos diplomatas para as missões é feita com base no perfil e nos requisitos necessários. Por outro lado, na Guiné-Bissau, conforme relatado pelas entrevistadas, a seleção muitas vezes é influenciada pelo interesse do partido no poder. Ou seja, frequentemente a escolha não considera os requisitos necessários para o desempenho diplomático específico da missão, mas sim o compromisso e os interesses do partido. Isso evidencia que as instituições ainda estão bastante fragilizadas. Esta situação, especialmente na Guiné-Bissau, pode dificultar a participação das mulheres na diplomacia, já que suas nomeações podem ser mais suscetíveis à influência política partidária em detrimento de critérios profissionais.

Assim, uma grande diferença entre Cabo Verde e Guiné-Bissau reside na maturidade democrática de cada país. Cabo Verde tem demonstrado um sistema democrático mais consolidado, com instituições funcionando de maneira mais eficiente e transparente. Em contraste, a Guiné-Bissau enfrenta uma crise política persistente, que fragiliza suas instituições e compromete o funcionamento adequado do governo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se demonstrar a inclusão da teoria de género nas relações internacionais, evidenciando a sub-representação das mulheres no cenário internacional e como elas foram invisibilizadas e subordinadas na política internacional. Assim como Patrícia Owens (2018) destacou, as mulheres sempre refletiram sobre a política internacional, mas foram excluídas da análise do pensamento internacional.

No entanto, a luta das teóricas feministas é romper com os pensamentos pré-definidos que reduzem as mulheres a meras reprodutoras. Elas enfatizam a necessidade de reconhecer as mulheres como analistas da política internacional e como atores no cenário internacional. Observa-se que o reconhecimento tardio do debate de género na arena internacional se deve ao fato de o campo das relações internacionais estar fortemente ancorado no debate sobre segurança e alta política.

A introdução de género e de outros temas no campo das relações internacionais é essencial para a diversificação das identidades e do pensamento sobre o cenário internacional. Além disso, contribui para o equilíbrio das teorias e para a criação de um cenário mais justo e equitativo

Evidenciar a participação das mulheres em suas sociedades revela que a contribuição das mulheres guineenses e cabo-verdianas foi de extrema importância para a libertação de seus países, além de ser um marco no empoderamento feminino dentro de suas comunidades. Como afirma a escritora moçambicana Cassimiro (2014), a luta pela independência demonstrou que um dos principais avanços da revolução estava intimamente ligado ao processo de libertação das mulheres. Assim, podemos considerar esse momento como a primeira onda da luta das mulheres africanas pela afirmação de seu papel como atores de suas sociedades e como sujeitos.

Também é importante reconhecer a contribuição de Amílcar Cabral para a

emancipação das mulheres guineenses e cabo-verdianas, tratando-as como iguais e não como 'sexo frágil'. Cabral sempre destacou para seus companheiros que as mulheres eram muito mais do que mães e irmãs; elas eram companheiras igualmente capazes de lutar pela libertação de suas nações. Ele afirmou que a libertação nacional dependia das mulheres e que os homens deveriam mudar sua forma de pensar e tratar as mulheres. Por mais que a diplomacia ainda seja um “clube” de homens, as mulheres não deixam de pensar sobre a política internacional e dar suas contribuições. Entretanto, ficam evidentes dois pontos importantes entre as mulheres guineenses e cabo-verdianas na diplomacia: em ambos os casos, as mulheres ainda estão sub-representadas na diplomacia, mas é possível prever que a diplomacia cabo-verdiana terá um rosto feminino mais proeminente a longo prazo. Isso se deve também ao fato de a diplomacia cabo-verdiana estar mais bem estruturada e transparente. No segundo ponto, percebe-se que na diplomacia cabo-verdiana, os diplomatas não são indicados apenas porque o partido no poder deseja, mas sim, eles são nomeados em razão de ocuparem cargos por concurso público, com exceção dos postos na embaixada dos Estados Unidos e Portugal, nomeados politicamente. Em contraste, na Guiné-Bissau, o partido no poder pode nomear quantas pessoas desejar como diplomatas políticos.

Sendo assim, apesar de Guiné-Bissau e Cabo Verde terem o mesmo líder de libertação e de Guiné-Bissau ter alcançado a sua independência em 1973 e Cabo Verde em 1975, em termos de oportunidades educacionais, nota-se que Cabo Verde está mais avançado. Enquanto as mulheres cabo-verdianas estão mais avançadas, as guineenses enfrentam vários fatores como casamento forçado, mutilação genital feminina e alto número de abandono escolar, o que impede que as mulheres guineenses participem ativamente na política e consequente na diplomacia.

REFERÊNCIAS

AGGESTAM, Karim; TOWNS, Ann E. Introduction: The Study of Gender, Diplomacy and Negotiation, 2018.

ALMEIDA, Ana Sofia Carvalho. A Rádio instrumento Pedagógico de Difusão dos direitos Humanos: A Mobilização Política da Mulher Guineense. 2014

ARAÚJO, Gesonias de Souza. Contribuição das mulheres nas frentes de batalha da independência á luz da literatura. 2022

ASSUNÇÃO, Márcia Gomes. Representação Política das Mulheres na Guiné-Bissau. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto universitário de Lisboa, Lisboa ,2018.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vl. 21, n. 2, pp. 659-688, maio-agosto 2013.

BALBINO, Viviane Rios. Diplomata: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira / Viviane Rios Balbino. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BALLESTRIN, L. (2021). “Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais”, en Toledo, Aureo (ed.), *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*. Salvador: EDUFBA, pp. 179-204.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete. A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau: da consciência, percepção à prática política. Guiné-Bissau: UNIOGBIS, 2013.

BARROS, Mariana de Oliveira. Contribuições Feministas Para As Relações Internacionais. Cena Internacional, vol. 9, nº 1. 2007.

BATSÍKANA, Patrício. A Mulher Na luta de Libertação e na Contrução do Estado-Nação. 2016Biroli, Flávia. Teorias Feministas Da Política, Empiria E Normatividade. Lua Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

BORBA, J. H. O. Marques de; MOREIRA, J, B. Neofeminismo: Os Movimentos De Mulheres Do Sul Global Podem Redirecionar O Feminismo? Revista de Iniciação Científica da FFC, Marília, v.15, n.2, p. 49-56, Jul.-Dez., 2015.

CABRAL, Amílcar. Unidade e Luta (Obras escolhidas Vol.1). Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.Cassama, Daniel Júlio Lopes Soares. Amílcar Cabral e a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, 2014.

CASSIMIRO, Isa
bel. Paz na terra,Guerra em casa. editora UFPE, 2014.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974). Dossiê Mundos de Mulheres 2021: Pensamentos Feministas Afro- Moçambicanos.

CAMPOS, Mateus. Cabo Verde, 2000. Disponível [Cabo Verde: dados, bandeira, mapa, cultura - Mundo Educação \(uol.com.br\)](https://uol.com.br/cabo-verde-dados-bandeira-mapa-cultura-mundo-educacao) acesso em 02/08/ 2024

ÉVORA, Roselma. Representação e Comportamento Político na Perspetiva do Género em Cabo Verde. **Journal of Cape Verdean Studies**, v. 3, n. 1, p. 4, 2018.

FERNANDES, Carla. O 25 de abril também é das mulheres das lutas de libertação, 2023. Disponível: <https://afrolis.pt/o-25-de-abril-tambem-e-das-mulheres-das-lutas-de-libertacao/> acesso em 12/4/2024

FERNANDO, Amós. Bissau: "O Presidente está a fazer um golpe". 2023. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/bissau-o-presidente-est%C3%A1-a-fazer-um-golpe/a-67632216>. Acesso em 24/08/2024

FRASER, Nancy. “Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado”, Lua Nova, 2009, vol. 77, pp. 11-39

.FRITSCHÉ, Ambassador Claudia. Opportunities and challenges for women in diplomacy.

2002.FURIAN, Peter Hermanes. Mapa político de Guiné-Bissau, 2000.Diponivel:[https://pt.dreamstime.com/mapa-pol%C3%ADtico-de-guin%C3%A9-bissau- image103661003](https://pt.dreamstime.com/mapa-pol%C3%ADtico-de-guin%C3%A9-bissau-image103661003) acesso em 12 /01/ 2022

GOMES, Patrícia. “As outras vozes’: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau”. Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro – Junho de 2016.

_____. “O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. In: Outros Tempos, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189.

IMPANTA, Iadira Antônio. Mulheres da UDEMU e experiências de vida: da luta de libertação à participação política. 2020. 100f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

INE (Instituto Nacional de Estatística), (2009). **Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009.**

_____.Estatística de género, 2023.

LENINE, Enzo. Relaciones internacionales feministas: silencios, diálogos y ausências. Instituto de Estudios Internacionales–Universidad de Chile, 2021

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. Revista Organizações & Sociedade 2022, 29(100), 100-124.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É Possível Reconstruir a Teoria Feminista a Partir do Sul Global? Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MENDES, M. Macedo. Gênero e Relações Internacionais- a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. 2011.

MENDES, Herculano Herculano Arlindo. A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: Os Casos do PAIGC e dos PRS. Departamento de Ciências Políticas e Políticas Públicas. 2019.

MONTE, Izadora do. Gênero e Relações Internacionais- Uma Crítica ao Discurso Tradicional de segurança-Brasília, 2010

MONTE, Izadora, Xavier do. Debate E Os Debates: Abordagens Feministas Para As Relações Internacionais. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013

MONTEZINH, Jorge, Mulheres De Luta. 2015. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/exclusivo/2015/04/02/mulheres-de-luta/44335>. Acesso em 09/05/2024

OKIN, Susan Moller. Gênero, O Público e o Privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008. OWENS, Patricia. Women and the History of International Thought. International Studies Quarterly, published online 20 August 2018, p.1-15, 2018.

PERSAUD, Randolph B. e SAJED, Alina. Race, Gender and Culture in International Relations. In: PERSAUD, Randolph B. e SAJED, Alina (eds.). **Race, Gender, and Culture in International Relations: Postcolonial Perspectives**. Londres e Nova York: Routledge, 2018.

PONTES NOGUEIRA, João. MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

PERSAUD, Randolph B. e WALKER, R.B.J. Apertura: Race in International Relations. Alternatives, vol.26, p.373-376, 2001.

RUIZ, Tricia. Feminist Theory and international relations : the feminist challenge to realism and liberalism. Soundings Journal (2005) : 1-7

SANTANA, Jacimara Souza. A participação das mulheres na luta de libertação Nacional de Moçambique. 2009

OYĒWUMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader.

New York: Routledge, 2002, p. 391-415.

SILVA, Élida Patrícia Semedo. **Participação Política das Mulheres em Cabo Verde: Estudo de caso das eleições legislativas de 2016.** (Dissertação de Mestrado). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. 2017. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Traduzido pela Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. VAMBE, Maurice Taonezvi; ZEGEYE, Abebe. Amílcar Cabral e as vicissitudes da literatura africana. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p. 35-68.

VAZ, Vanessa Margarida Buté. **Politics and gender in Guinea-Bissau: candidate selection across political parties.** (Dissertação de Mestrado). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. 2020.

VIOTTI, M. L. Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. VISENTINI, Paulo Fagundes. O LIVRO NA RUA. Thesaurus Editora – 2011.

Welle, Deutsche. Presidente da Guiné-Bissau dissolve o Parlamento, 2023.

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/presidente-da-guin%C3%A9-bissau-dissolve-o-parlamento/a-67626465> acesso 24/08/2024

ÁFRICA, Dentro Da. Titina Silá e uma homenagem às feministas guineenses, 2027. Disponível: <https://pordentrodaafrica.com/cultura/titina-sila-e-uma-homenagem-as-feministas-guineenses> Acesso em 09/05/2024

Criolas. As mulheres da independência, 2018 Disponível: [As mulheres da Independência — Criolas \(criolas.com\)](https://criolas.com) Acesso em 09/05/2024

Inter-Parliamentary Union, 2024. Disponível em: <https://www.ipu.org/>. Acesso em 22/10/2023.

Unimos o País. Ministra da Saúde de Portugal demite-se por falta de condições para se manter no cargo, 2022. Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2022/08/30/ministra-da-saude-de->

[portugal-demite-se- por- falta-de-condicoes-para-se-manter-no-cargo/](#) Acesso em 15 de dezembro de 2022

APÊNDICE

Questionário

Inserção Da Mulher Na Carreira Diplomática: Uma Comparação

Entre Guiné-Bissau E Cabo Verde

Bom dia/Boa tarde/Boa noite/, meu nome é (Naentrem Manuel Oliveira Sanca), mestrande na Universidade Federal da Bahia/Brasil, estou pesquisando sobre inserção das mulheres guineenses e caboverdianas na diplomacia. Entretanto, meu objetivo é compilar informações sobre as principais realizações e desafios enfrentados pelas mulheres dentro da esfera diplomática. Você foi selecionada para participar de uma pesquisa que faz referência ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Todas as respostas seguem rigorosamente um caráter confidencial e anônimo (você não será identificada, ou seja, seu nome não será mencionado) as informações serão para fins de tratamento estatístico e, portanto, não existem respostas corretas; você pode não responder qualquer pergunta ou mesmo interromper a entrevista a qualquer momento. Lembro que sua participação é indispensável para o sucesso deste trabalho! Agradecemos desde já a sua colaboração.

1. Nome _____
 2. Residência atual _____
 3. Qual é a sua área de formação? _____
 4. A senhora fez curso de diplomacia? Se sim, onde?
 5. Que te levou a escolher seguir a Carreira de Diplomata?
 6. Quantos anos você está atuando ou atuou como diplomata?
 7. Você teve alguma inspiração em outras mulheres para escolher essa carreira?
 8. Como você ingressou na carreira diplomática, pelo concurso público; pela indicação de um partido político ou do governo?
 9. Qual é a diferença entre diplomata de carreira e diplomata político?
 10. Você acredita que exista alguma diferença entre a atuação das mulheres na diplomacia e a atuação das mulheres em outras carreiras públicas?
 11. Quais são os desafios que uma mulher pode enfrentar na carreira diplomática?
 12. Quais são os desafios que a senhora já enfrentou na carreira diplomática?
- Com base na sua experiência de trabalho no Ministério Negócios Estrangeiros, de que forma você enxerga a participação das mulheres na diplomacia guineense?
13. Desde que ingressou na carreira, percebeu algum avanço quantitativo nesse sentido?

14. Pela sua experiência geral nesse país, acredita que sua atuação como diplomata possa ter alguma influência na escolha de outras mulheres por essa carreira? _____

Se for sim. De que maneira?

15. haveria distinção na distribuição das missões, entre homens e mulheres? Porquê?

16. Como você observa negociações de qualquer natureza feita por mulheres? Seriam as mulheres, melhores interlocutoras?

17. Carreira diplomática é reconhecidamente masculina. Em sua opinião, quais os estereótipos que circulam no cotidiano quanto à participação das mulheres na carreira?

18. Em termos de missões, as mulheres e homens que recebem mais missões?

19. Existe um perfil de quem pode ir para Missões?

20. Qual o impacto da presença de mulheres na Diplomacia?

21. Quais os efeitos da maior representatividade feminina na Diplomacia sobre os papéis sociais de gênero?

22. Você sabe quem foi a primeira mulher a ser diplomata no seu país?

23. Quantas diplomatas do seu país a senhora conhece?

24. Pode me indicar outro

diplomata? Muito obrigada!